FAPA
Fundação de Previdência
do Instituto Emater

RELATÓRIO ANUAL

2014

MENSAGEM DA DIRETORIA 04

MÚSICA E MOVIMENTO 05
Resumo do Relatório

OS PRIMEIROS PASSOS 12
Gestão Atuarial

A FORÇA DO RITMO 18
Gestão de Investimentos

A MARCAÇÃO DOS PASSOS 28
Gestão Adminstrativa

O VALOR DA EXPERIÊNCIA 33
Patrimônio

A DANÇA DA VIDA

Não é à toa que a música e os ritmos nos remetem a vários momentos da vida. Eles estimulam o corpo, o cérebro e desenvolvem a percepção e o autoconhecimento.
O primeiro amor, o sofrimento, a perda, o ganho, a conquista, o casamento, o nascimento, a festa, o sonho, a dança – a vida ganha um enredo com direito à trilha sonora.

Desde o útero, os bebezinhos já são estimulados por cantigas de ninar e ruídos intrauterinos. Nascem e logo se identificam com ritmos e melodias, e os reproduzem com passinhos desajeitados e alegres. Já começam as referências. O som toca e o cérebro aciona os movimentos. E com a formação da personalidade são definidas as preferências.

Por mais atrapalhados que sejam os passos coreografados, um ritmo todos aprendem a dançar: o da vida. É preciso jogo de cintura, conforme esse compasso, para definir os melhores caminhos para que se viva com qualidade.

O plano previdenciário é uma sábia escolha daqueles que tem uma história compassada e que querem mantê-la no futuro. Mesmo com a atual situação econômica, que exige a tomada de decisões cautelosas, articuladas e metodicamente planejadas, a FAPA reinventa trilhas que garantem a qualidade do plano, pois o baile da vida tem que continuar.

Família Fapeana

MENSAGEM DA DIRETORIA

É sempre uma satisfação podermos nos dirigir aos nossos participantes para fazer a prestação de contas do ano que passou e já sinalizarmos como será o ano em exercício. E é por consideramos esse processo tão relevante, que dedicamos tempo e carinho na elaboração deste material.

Este ano escolhemos como tema central "A dança da vida", em que fazemos um paralelo entre os ritmos da dança e as fases da vida, relacionando sempre com o atual momento econômico em que estamos vivendo, assim como o impacto em nossas decisões, afinal, é preciso dançar conforme a música!

E essa dança não está fácil. O ano de 2014 foi marcado por algumas dificuldades, mas apesar de por pouco não termos atingido a nossa meta atuarial, conseguimos bons avanços em relação a nossa carteira de investimentos. Com grandes eventos como a Copa do Mundo e a Eleição Presidencial, 2014 foi um ano bastante agitado e de grande volatilidade na bolsa de valores.

Um novo ano se iniciou e ganhamos um novo desafio. A "batida" da inflação vem mais forte que a esperada e o "ritmo" de crescimento do país desacelera, enquanto na "percussão" a valorização rápida do dólar provoca reações. E o ano mal começou.

Apesar de todas as dificuldades, buscamos marcar bem os passos para uma boa execução e assim, obtermos os melhores resultados possíveis. Vamos seguindo a batida, na busca de aprimoramento constante.
Seja qual for o ritmo, seguimos bailando nos salões da vida, desfrutando sempre da companhia daqueles que partilham a dança conosco.

CLAUDIA REGINA JANESKO
Diretora Presidente

CELSO LUIZ ANDRETTA
Diretor de Seguridade e Administração

música e movimento

Há sempre aquela música que marca nossa vida. Aquela canção, que ao ser tocada parece embalar nosso coração, aquela dança que fica para sempre registrada em nossa memória.

A música e a dança são duas formas antigas de expressões cultural e artística. Ambas se fazem presentes em nossa vida desde muito cedo. Das canções que nos fazem ninar seguidos dos movimentos de embalar das nossas mães até o primeiro baile, passando pelas festas de formaturas e a valsa dos casamentos.

Música e movimento estão tão presentes em nosso dia a dia. Às vezes o cantar dos pássaros e o uivo dos ventos, assim como o delicado balançar das folhas nas árvores nos passam despercebidos. Há sempre, entretanto, aquela música que marca nossa vida. Aquela canção, que ao ser tocada, parece embalar nosso coração, aquela dança que fica para sempre registrada em nossa memória.

Neste capítulo de abertura, utilizamos justamente o tema música e movimento para trazer o resumo geral do relatório. Apresentamos as informações mais relevantes de cada tema abordado e também serve de roteiro para a leitura do relatório completo, que é composto por mais quatro capítulos que abordam a gestão atuarial, gestão de investimentos, gestão administrativa e patrimônio.

Capítulo 1 - Gestão Atuarial
Os primeiros passos

1. Hipóteses biométricas e econômicas

As hipóteses consideradas na avaliação atuarial, são validadas através estudo realizado por atuário habilitado, denominado teste de aderência. As hipóteses consideradas adequadas ao grupo de participantes da FAPA, conforme resultado do estudo, são demonstradas a seguir:

Hipóteses Atuariais do Plano Misto FAPA			
Hipótese	**2013**	**2014**	**Conclusão do Atuário**
Mortalidade de Válidos	RP-2000 (70%M & 30% F) AA 2013	RP-2000 (70%M & 30% F) AA 2014	Recomendamos a manutenção da tábua mortalidade geral, visto o que recomenda o Estudo de Aderência das Hipóteses Atuariais realizado durante 2014. As divergências entre ocorrido e esperado devem ser acompanhados regularmente, tendo em vista que as premissas tendem a se concretizar no médio/longo prazo.
Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disabled F	RP-2000 Disabled F	Recomendamos a manutenção da tábua mortalidade de invalidez, visto o que recomenda o Estudo de Aderência das Hipóteses Atuariais realizado durante 2014. As divergências entre ocorrido e esperado devem ser acompanhados regularmente, tendo em vista que as premissas tendem a se concretizar no médio/longo prazo.
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Recomendamos a manutenção da tábua de entrada em invalidez, visto o que recomenda o Estudo de Aderência das Hipóteses Atuariais realizado durante 2014. As divergências entre ocorrido e esperado devem ser acompanhados regularmente, tendo em vista que as premissas tendem a se concretizar no médio/longo prazo.
Crescimento Salarial	1,38% ao ano	1,78% ao ano	Esta premissa foi definida a partir dos resultados do Estudo de Análise de Aderência das Premissas Atuariais de 2014. Apesar do aumento real do salário médio de 2013 para 2014 situar-se acima do valor da hipótese, os estudos relativos à expectativa futura de crescimento salarial apontam para uma taxa mais modesta de aumento salarial acima da inflação. Além disso, é uma premissa de longo prazo e que reflete a carreira do empregado, e não necessariamente o crescimento salarial de um ano para o outro.
Fator de Determinação	0,9751	0,98	O Governo Federal tem mantido a política de controle da inflação, com meta estabelecida em 4,5%, com tolerância de 2 pontos percentuais. Desta forma, recomenda-se a manutenção da premissa.

A hipótese econômica, ou seja, a taxa de juros que compõe a meta atuarial é validada por estudo econômico financeiro denominado ALM, que também é submetido a análise do atuário para validação.
A meta atuarial, atualmente adotada para o Plano Misto de Benefícios da FAPA é INPC + 4,5%. O teor do parecer atuarial validando a taxa de juros pode ser lido na página 15 do Capitulo 1.

2. Principais impactos da Avaliação Atuarial do Exercício

A avaliação atuarial de 2014 foi realizada pela Mirador Assessoria Atuarial e apresentou poucos impactos além daqueles provocados pelo agravamento da tábua de sobrevivência, que é realizado anualmente, e pelo atingimento de rentabilidade inferior à meta atuarial do exercício (rentabilidade de 10,35% contra 11,12% de meta atuarial).

Os resultados obtidos na avaliação atuarial não provocaram mudança no plano de custeio, sendo mantido para 2015 o mesmo plano de custeio aprovado para 2014. O parecer atuarial, acerca da Avaliação Atuarial pode ser verificado na página 16 do capítulo 1.

3. Equilíbrio do plano

A situação financeiro-atuarial apresentou, em 31/12/2014, Déficit Técnico de R$ 1.417.550,15, equivalente a 0,45% das Provisões Matemáticas de R$ 317.827.016,84, que deve ser acompanhado durante o exercício de 2015, dentro dos preceitos da Resolução CGPC Nº 26 de 2008.

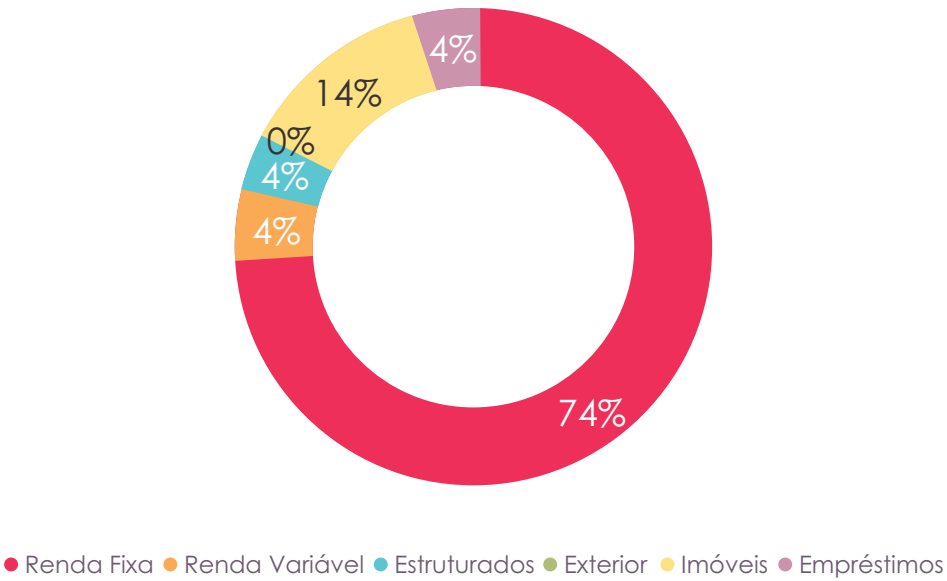
Capítulo 2 - Gestão dos Investimentos
A força do ritmo

1. Composição da carteira de investimentos

A carteira de investimentos da FAPA tem suas aplicações de acordo com o previsto na Resolução CMN 3792/2009 e na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo.

A alocação estratégica dos investimentos é estabelecida com base no resultado do estudo de ALM. Esse estudo econômico-financeiro busca encontrar a alocação ideal para o melhor ajuste dos fluxos de liquidez e rentabilidade dos investimentos e o fluxo de pagamento dos benefícios.

No capítulo **A força do ritmo**, nas páginas de 21 a 27 desse relatório constam os resumos das Politicas de Investimentos, e no site da FAPA constam as versões na integra.
A seguir demonstramos graficamente a composição da carteira de investimentos, posicionada em dezembro de 2014.



2. Gestão da Carteira de Investimentos

A gestão da carteira de investimentos da fundação é dividida entre própria e terceirizada. A gestão própria abrange os segmentos de imóveis e operações com participantes e uma carteira própria onde é realizada a gestão dos recursos do plano de gestão administrativa.

Os demais ativos da carteira, que compõe a participação mais expressiva dos recursos, alocados nos segmentos de renda fixa, renda variável e estruturados, estão sob gestão terceirizada, realizada pela Fator Administradora de Recursos – FAR. A gestão terceirizada é realizada por meio de Fundos de Investimentos Exclusivos.

ALOCAÇÃO			
PGA			
Gestão Própria	Renda Fixa	1.928.192,46	100,00%
PLANO CV			
Gestão Terceirizada	Renda Fixa	225.054.085,45	73,82%
	Renda Variável	14.276.028,34	4,68%
	Estruturados	11.265.352,95	3,69%
	*Exterior	89.925,14	0,03%
Gestão Própria	Imóveis	42.029.880,97	13,78%
	Empréstimos	12.209.330,30	4,00%
Investimentos Plano CV		**304.924.603,15**	**100,00%**

* Alocação realizada por fundos de investimentos de terceiros. A FAPA não tem alocação direta no segmento.

No capítulo **A força do ritmo**, página 20, apresentamos os Demonstrativos de Investimentos dos Planos de Benefícios e de Gestão Administrativa.

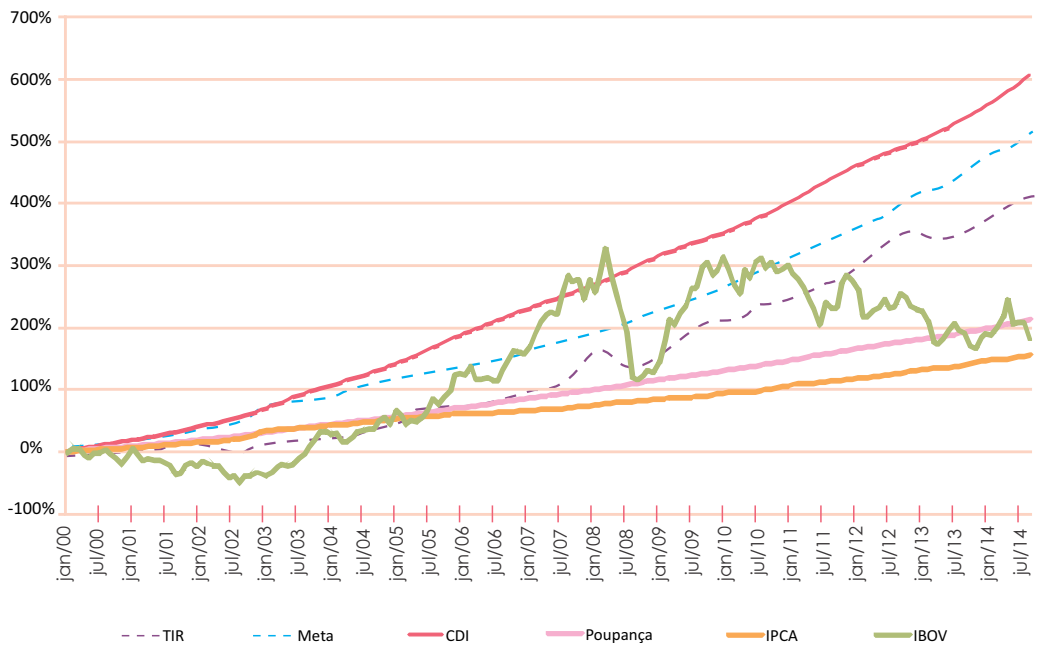
3. Rentabilidade do exercício

No exercício de 2014, a rentabilidade do Plano Misto de Benefícios Previdenciários da FAPA, calculado com base na TIR contábil ficou em 10,35%. Já do Plano de Gestão Administrativa ficou em 7,97%.

A seguir apresentamos tabela com demonstrativo da rentabilidade por segmentos:

RENTABILIDADE		
PGA		
Renda Fixa	1.928.192,46	7,97%
PLANO CV		
Renda Fixa	225.054.085,45	11,86%
Renda Variável	14.276.028,34	-20,12%
Estruturados	11.265.352,95	5,17%
Exterior	89.925,14	0,00%
Imóveis	42.029.880,97	19,29%
Empréstimos	12.209.330,30	15,30%
Plano CV	**304.924.603,15**	**10,35%**

Na sequência, demonstramos graficamente, a rentabilidade acumulada do plano de benefícios desde 2000, comparativamente aos principais indicadores de mercado:



Capítulo 3 - Gestão Administrativa
A marcação dos passos

1. Despesas com a carteira de investimentos

Conforme demonstrado anteriormente, a estrutura própria é responsável pela gestão dos recursos do PGA e pelas carteiras de imóveis e operações com participantes. Além disso, a estrutura própria é responsável pelo monitoramento e acompanhamento da gestão terceirizada.

Ainda dentro da gestão interna estão alocados os custos com prestadores de serviços como consultorias responsáveis pelo monitoramento de riscos e acompanhamento da carteira de investimentos, consultoria do ALM e a estrutura de consultorias de apoio à gestão da carteira imobiliária.

CUSTOS DE GESTÃO	dez/14
Gestão Interna (PGA)	**702.343,00**
Pessoal e Encargos	325.872,67
Treinamentos/Congressos e Seminários	10.346,71
Viagens e Estadias	46.896,58
Serviços de Terceiros	301.277,76
Despesas Gerais	15.751,98
Depreciações e Amortizações	2.197,30
Gestão Externa (FUNDOS)	**255.324,40**
Taxa de Administração	103.063,51
Taxa de Controladoria	47.065,04
Taxa de Custódia	105.195,85
Total de Custos em R$	**957.667,40**
Recursos Garantidores PBF	305.696.591,08
Representatividade	**0,34%**

2. Despesas com pessoal

As despesas com pessoal próprio totalizaram o montante de R$ 818 mil ao longo do exercício passado. No capítulo **A marcação dos passos**, página 31, demonstramos detalhadamente as despesas administrativas do ano de 2014.

3. Despesas com prestadores de serviços

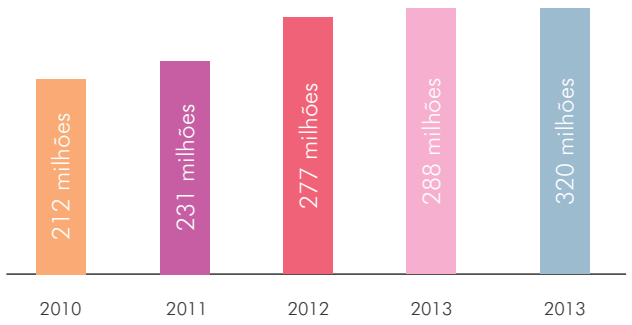
As despesas com prestadores de serviço totalizaram o montante de R$ 555 mil ao longo do exercício passado. No capítulo **A marcação dos passos**, página 32, demonstramos detalhadamente as despesas administrativas do ano de 2014, com consultorias atuarial, contábil, jurídica, informática e de investimentos.

Capítulo 4 - Patrimônio
O valor da experiência

1. Demonstração do Ativo Líquido e Mutação do Ativo Líquido

O Ativo Líquido da entidade é composto pelo montante total dos ativos, deduzidas as obrigações e os fundos não previdenciais. No exercício de 2014 o Ativo Líquido totalizou o montante de R$ 317 milhões.

As demonstrações do Ativo Líquido e das Mutações do Ativo Líquido constam no capítulo **O valor da experiência**, na página 38.
O Patrimônio Social da entidade atingiu o montante de R$ 320 milhões, conforme demonstrado no gráfico a seguir.



2. Inadimplência de contribuições da patrocinadora

A seguir demonstramos o resumo das contribuições patronais (valores por mil) em atraso ao final do exercício de 2014

Inadimplência de contribuiçoes da patrocinadora			
	set/14	out/14	Total
Contribuição Patronal	345	346	691
Contribuição Patronal custeio assistidos	4	4	8
Atualização monetária	46	38	84
	395	388	783

Cabe salientar que no início do exercício de 2015, as contribuições pendentes referentes ao exercício de 2014 foram devidamente regularizadas.

3. Detalhamento de dívidas contratadas

A patrocinadora principal, o Instituto Emater, possui dois contratos firmados com a FAPA, o primeiro deles assinado em 2009 se refere ao déficit originado principalmente em decorrência da mudança de tábua de sobrevivência, já o segundo assinado em 2013 se refere ao déficit decorrente da mudança da meta atuarial e da tábua de mortalidade de inválidos.

RESUMO DAS CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS Patrocinadora Emater-PR		BASE 31.12.2014	
Déficit técnico contratado			
Descrição	Contrato (1)	Contrato (2)	Totais
Saldo em 31.12.2013 (contrato + parcelas inadimplentes)	5.880	4.437	10.317
Atualização monetária em 2014	705	461	1.166
Parcelas recebidas em 2014	675	339	1.014
Saldo em 31.12.2014 (contrato + parcelas inadimplentes)	5.910	4.559	10.469

(1) Contrato firmado em 23.12.2009

(2) Contrato firmado em 21.05.2013

4. Relatório dos Auditores Independentes

A auditoria externa, referente ao exercício de 2014, foi realizada pela Consult -Auditores Independentes.

O relatório elaborado pelos auditores não apresentou opinião modificada, ou seja, ressalvas. Isso significa que na opinião dos auditores as demonstrações contábeis refletem adequadamente a posição financeira e patrimonial da Entidade. O parecer da auditoria apresentou dois parágrafos de ênfase, o primeiro relacionado ao déficit técnico e o segundo ao desenquadramento imobiliário.

O relatório da auditoria contábil, na integra, está demonstrado no capítulo **O valor da experiência**, página 56.

5. Parecer do Conselho Fiscal

O parecer do Conselho Fiscal, reproduzido no capitulo 4 página 57, recomendou ao Conselho Deliberativo, com base nos pareceres Atuarial e da Auditoria Independente, a aprovação das Demonstrações Contábeis.

os primeiros movimentos

Bailamos ao som da vida, aprendendo a coreografar, conhecendo o ambiente em que estamos inseridos e nos compreendendo como parte dele. Percebemos nossas habilidades, nossas dificuldades e nos desenvolvemos.

Desde a tenra infância a música e a dança exercem forte influência sobre nós. Das melodias cantadas pelos pais na hora de ninar às primeiras canções de roda e das brincadeiras da escola.

Ao ouvir as melodias, nosso organismo, instintivamente, responde à sensação de relaxamento e bem-estar e aos estímulos que o nosso corpo recebe para movimentar-se no mesmo compasso.

Desenvolvemos nossa percepção auditiva e nossa coordenação motora. Aprendemos a reconhecer cada melodia e quais reações elas desencadeiam.
Bailamos ao som da vida, aprendendo a coreografar, conhecendo o ambiente em que estamos inseridos e nos compreendemos como parte dele. Percebemos nossas habilidades, nossas dificuldades e nos desenvolvemos.

E é esse autoconhecimento e desenvolvimento que são utilizados nas escolhas durante a vida. São eles, primordiais, na construção do nosso plano de previdência, por exemplo. Tudo começa na modelagem do plano de benefícios, que levará em conta as caraterísticas e composição do grupo ao qual ele se destina.

Ao passo que a melodia muda, ajustes na coreografia são necessários. Por isso, a gestão atuarial é tão importante. Avaliar, reavaliar, ajustar e controlar. Processo permanente para que se possam garantir os objetivos contratados.

Para atender esse processo constante, a FAPA anualmente realiza três macro atividades: Teste de Aderência de Hipóteses, Avaliação Atuarial e Implementação de Plano de Custeio.

As hipóteses são os comportamentos esperados para o grupo e o teste de aderência tem o objetivo de avaliar que aquilo que se espera está de fato ocorrendo. A seguir demonstramos o quadro resumo com as hipóteses vigentes em 2013 e as hipóteses aplicadas em 2014, com a devida fundamentação atuarial.

Hipóteses Atuariais do Plano Misto FAPA			
Hipótese	**2013**	**2014**	**Conclusão do Atuário**
Mortalidade de Válidos	RP-2000 (70%M & 30% F) AA 2013	RP-2000 (70%M & 30% F) AA 2014	Recomendamos a manutenção da tábua mortalidade geral, visto o que recomenda o Estudo de Aderência das Hipóteses Atuariais realizado durante 2014. As divergências entre ocorrido e esperado devem ser acompanhados regularmente, tendo em vista que as premissas tendem a se concretizar no médio/longo prazo.
Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disabled F	RP-2000 Disabled F	Recomendamos a manutenção da tábua mortalidade de invalidez, visto o que recomenda o Estudo de Aderência das Hipóteses Atuariais realizado durante 2014. As divergências entre ocorrido e esperado devem ser acompanhados regularmente, tendo em vista que as premissas tendem a se concretizar no médio/longo prazo.
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Recomendamos a manutenção da tábua de entrada em invalidez, visto o que recomenda o Estudo de Aderência das Hipóteses Atuariais realizado durante 2014. As divergências entre ocorrido e esperado devem ser acompanhados regularmente, tendo em vista que as premissas tendem a se concretizar no médio/longo prazo.
Crescimento Salarial	1,38% ao ano	1,78% ao ano	Esta premissa foi definida a partir dos resultados do Estudo de Análise de Aderência das Premissas Atuariais de 2014. Apesar do aumento real do salário médio de 2013 para 2014 situar-se acima do valor da hipótese, os estudos relativos à expectativa futura de crescimento salarial apontam para uma taxa mais modesta de aumento salarial acima da inflação. Além disso, é uma premissa de longo prazo e que reflete a carreira do empregado, e não necessariamente o crescimento salarial de um ano para o outro.
Fator de Determinação	0,9751	0,98	O Governo Federal tem mantido a política de controle da inflação, com meta estabelecida em 4,5%, com tolerância de 2 pontos percentuais. Desta forma, recomenda-se a manutenção da premissa.

Em relação à hipótese econômico-financeira de taxa de juros, é estabelecida em estudo específico realizado por empresa especializada e foi validada pela assessoria atuarial, conforme conclusão de parecer emitido, após análise do estudo realizado.

Na sequência segue na íntegra do parecer atuarial.

MIRADOR 1282/2014
Porto Alegre, 11 de dezembro de 2014.

Ilmo Sr.
Celso Luiz Andretta
MD. Diretor de Seguridade da FAPA

Prezado Senhor,

Em continuidade às questões apresentadas no parecer MIRADOR 1044/2014, referente às premissas atuariais a serem utilizadas nos estudos de encerramento do exercício de 2014 da FAPA, apresentamos nossa manifestação com relação à "taxa real de juros", que se encontrava pendente.

Para a emissão de nosso posicionamento técnico, especialmente com relação às exigências apresentadas na legislação vigente, elaboramos a análise dos estudos efetuados pela consultoria de investimentos da FAPA, denominado "ALM FAPA", de dezembro/2014.

Com relação aos insumos utilizados pela Risk Office, consultoria de investimentos responsável pelo estudo da FAPA, analisamos o fluxo de caixa projetado de contribuições normais e benefícios e sua coerência frente ao passivo do plano previdenciário encaminhado por nossa consultoria, estando o mesmo adequado para a realização do estudo.

O resultado final do estudo "ALM FAPA" considerou que a taxa de retorno esperado da carteira está em um patamar de 5,88% ao ano, sendo superior à taxa real de juros atual, de 4,5% ao ano.

Nesse sentido, e considerando os limites máximos estabelecidos na Resolução CGPC Nº 18/2006, alterada pelas Resoluções do CNPC Nº 09/2012 e Nº 15/2014, entendemos como adequada a manutenção da premissa de 4,5% nas avaliações atuariais de encerramento do exercício de 2014.

Colocamo-nos ao inteiro dispor para maiores esclarecimentos e aproveitamos para renovar nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Giancarlo Giacomini Germany
Atuário M.I.B.A. 1020

Parecer Atuarial

Para fins da avaliação atuarial desse PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA FAPA foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela FAPA – Fundação de Previdência do Instituto EMATER. Após a análise detalhada desses dados, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos para realização da avaliação atuarial.

A avaliação atuarial considerou os regimes financeiros e métodos de financiamento que já vinham sendo considerados nos exercícios anteriores e as hipóteses financeiras e biométricas, devidamente aprovadas pelo Conselho Deliberativo FAPA.
Cabe salientar que a tábua de mortalidade geral, a taxa real de juros e a rotatividade, bem como os regimes financeiros e os métodos de financiamento, atendem aos requisitos previstos na Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006.

O resultado das aplicações financeiras ao longo do ano de 2014 aponta uma rentabilidade nominal de 10,35% no período que, se comparada com a meta atuarial de 11,12% (taxa real de juros esperada de 4,50% acrescida da variação do INPC), demonstra uma rentabilidade no período de 0,77% abaixo do esperado, gerando uma perda financeira ao plano.

A situação financeiro-atuarial apresentou, em 31/12/2014, Déficit Técnico de R$ 1.417.550,19, equivalente a 0,45% das Provisões Matemáticas de R$ 317.827.016,84, que deve ser acompanhado durante o exercício de 2015, dentro dos preceitos da Resolução CGPC Nº 26 de 2008.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2015.

Giancarlo Giacomini Germany
Atuário M.I.B.A. 1020

Daniela Weber Rabello
Atuária M.I.B.A. 1747

A aprovação das hipóteses atuariais, embasadas pelo teste de aderência, é atribuição do Conselho Deliberativo. Após o processo de aprovação das hipóteses é iniciada, então, a Avaliação Atuarial do exercício.

Um dos objetivos da Avaliação Atuarial é averiguar o montante das obrigações do plano – o chamado passivo atuarial, contra o montante de recursos disponíveis – denominado ativo líquido – para apuração do equilíbrio financeiro do plano.

Ao lado segue tabela demonstrativa do resultado da Avaliação Atuarial do exercício de 2013.

PROVISÕES MATEMÁTICAS		dez/13		dez/14
Benefícios Concedidos	R$	89.045.017,40	R$	94.106.368,77
Benefícios a Conceder	R$	207.125.489,09	R$	233.761.575,90
(-) Provisões Matemática a Constituir	R$	-9.716.773,00	R$	-10.040.927,83
Total das Provisões	**R$**	**286.453.733,49**	**R$**	**317.827.016,84**
Fundo Previdencial	R$	516.346,48	R$	565.661,05
PASSIVO ATUARIAL	**R$**	**286.970.079,97**	R$	318.392.677,89
ATIVO LÍQUIDO	R$	286.160.371,85	R$	316.975.127,70
EQUILIBRIO FINANCEIRO	**R$**	**-809.708,12**	**R$**	**-1.417.550,19**

Com base nos resultados da avaliação, que também apura os custos do plano, foi estabelecido o plano de custeio para o exercício de 2015, demonstrado na tabela a seguir, ressaltando que não houve alteração em relação ao exercício anterior.

PLANO DE CUSTEIO ESTABELECIDO PARA 2015		
Participantes Ativos e Autopatrocinados		
Contribuição Normal Programados	Para o Saldo de Conta (84% da contribuição da Tabela)	Saldo de Conta Individual
Contribuição de Riscos	Para benefícios de risco (6% da contribuição da Tabela)	Incorporar ao Patrimônio
Contribuição Administrativa	Para despesa administrativa (10% da contribuição da Tabela)	PGA - Fundo Administrativo
Adicional	Para o Saldo de Conta	Saldo de Conta Individual
Recursos Portados	Para o Saldo de Conta	Saldo de Conta Individual
Jóias	Para os Benefícios de Riscos	Incorporar ao Patrimônio
Contribuição Extraordinária	Cobertura de insuficiências (0,12% conforme data adesão)	Incorporar ao Patrimônio
Patrocinadoras		
Contribuição Normal Programados	Para o Saldo de Conta (84% da contribuição da Tabela)	Saldo de Conta Individual
Contribuição de Riscos	Para os Benefícios de Riscos (6% da contribuição da Tabela)	Incorporar ao Patrimônio
Contribuição Administrativa (parte Ativos)	Para despesa administrativa (10% da contribuição da Tabela)	PGA - Fundo Administrativo
Contribuição Administrativa (parte Assistidos)	Para despesa administrativa (0,68% do benefício mensal de todos os participantes assistidos)	PGA - Fundo Administrativo
Contribuições Contratos de Dívidas	Cobertura de insuficiências	O contrato de dívidas já é considerado um ativo patrimonial e já está incorporado no Patrimônio
Vinculados		
Contribuição Mensal Administrativa	Para as Despesas Administrativas (0,02% do Saldo)	PGA - Fundo Administrativo
Aporte de Contribuições	Valor definido pelo Participante para o Saldo de Conta	Saldo de Conta Individual
Assistidos		
Contribuição Mensal Administrativa	Para as Despesas Administrativas 0,68% do Benefício	PGA - Fundo Administrativo
Contribuição	Contribuição para custeio do Plano dos Aposentados do Plano FAPA	Incorporar ao Patrimônio
Contribuição Extraordinária	Contribuição para cobertura de insuficiências (5,44%, 1,85% e 4,5% dos benefícios)	Incorporar ao Patrimônio

a força do ritmo

Em cada fase da vida vivemos um ritmo diferente. Ouvir e sentir as batidas são fundamentais para determinar os movimentos, mas também é preciso conhecer seu corpo e seus limites.
Da juventude à maturidade.

A força, a velocidade e a intensidade da dança são ditadas pela marcação do ritmo. Ouvir e sentir as batidas são fundamentais para determinar os movimentos, mas também é preciso conhecer seu corpo e seus limites. Na juventude, ritmos fortes nos permitem gastar toda energia que produzimos, dispomos de agilidade e resistência para tentar, forçar, repetir. Na maturidade, nossa agilidade dá lugar à experiência, substituímos a força pela serenidade e a exaustão pela contemplação.

Em cada fase da vida vivemos um ritmo diferente. O mesmo ocorre com o mercado financeiro, que a cada momento nos impõe novo ritmo e prevalece a máxima: é preciso dançar conforme a música!

São muitas as variáveis que determinam as batidas que definirão o ritmo e por consequência, nossos movimentos: indicadores econômicos (taxas de juros, inflação, PIB etc), volatilidade e risco de mercado, necessidade de liquidez, entre outros.

O instrumento que dá o tom na gestão financeira é a PI (Política de Investimentos), revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo. Ela é quem define os limites de alocação, limites de risco, vedações e demais diretrizes para aplicação dos recursos financeiros da fundação.

Para aprovação da PI o Conselho Deliberativo conta com apoio, além da Diretoria e corpo técnico da entidade, de Consultoria de Investimentos e com estudo de ALM (Asset Liability Management) - gerenciamento integrado de ativo e passivo.

O estudo de ALM, desenvolvido por consultoria econômico-financeira, considera o fluxo atuarial dos benefícios ao longo de tempo, buscando compatibilizar a carteira de investimentos para que ela dê retorno financeiro necessário com liquidez adequada ao fluxo de pagamentos.

Ele trabalha com três insumos relevantes: o cenário econômico projetado, a projeção do fluxo atuarial e a carteira de investimentos atual. Como esses insumos sofrem variação, pois são dinâmicos ao longo do tempo, o estudo é revisado anualmente antes da elaboração da PI.

A seguir, apresentamos os Demonstrativos de Investimentos do final do exercício de 2014 para os planos de benefícios e de gestão administrativa e, na sequência os resumos das Políticas de Investimentos dos dois planos.

Demonstrativo de Investimentos

Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos — **Mês de Referência: 12/2014**
Entidade: 1393-FAPA
Plano de Gestão Administrativa
Data de Geração: 11/03/2015 10:45:44

Consolidação Contábil	Valor em R$
Total Demonstrativo de Investimentos	1.992.939,28
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	1.992.939,28
Diferença:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	**64.746,82**
Depósitos:	64.746,82
Títulos Públicos:	0,00
Títulos Privados:	0,00
Ações:	0,00
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	0,00
Carteira Imobiliária:	0,00
Valores a Pagar/Receber:	0,00
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1° Nível) - Total	**1.928.192,46**
03.567.277/0001-99	1.928.192,46

Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos — **Mês de Referência: 12/2014**
Entidade: 1393-FAPA
Plano de Benefícios: 1999005147-PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA FAPA
Data de Geração: 11/03/2015 11:51:17

Consolidação Contábil	Valor em R$
Total Demonstrativo de Investimentos	305.696.591,08
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	305.696.591,08
Diferença:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	**60.946.815,28**
Depósitos:	777.865,13
Títulos Públicos:	0,00
Títulos Privados:	5.933.359,92
Ações:	0,00
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	12.209.330,30
Carteira Imobiliária:	42.029.880,97
Valores a Pagar/Receber:	-3.621,04
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1° Nível) - Total	**244.749.775,80**
11.184.381/0001-22	93.954.180,56
05.308.771/0001-64	4.394.718,17
00.893.531/0001-50	144.094.911,55
09.067.269/0001-60	2.305.965,50

Políticas de Investimentos - Plano CV

Dados Cadastrais	
Tipo de Plano	Plano de Contribuição Variável
CNPB	1999.0051-47

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)			
Período	Segmento	Nome	Cargo
01/01/2015 a 31/12/2015	Todos os segmentos	Cláudia Regina Janesko	Diretora-Presidente

Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB)		
Período	Nome	Cargo
01/01/2015 a 31/12/2015	Celso Luiz Andretta	Diretor de Seguridade e Administração

Carteira Atual		
Segmento	Limite Legal	Carteira
Renda Fixa	100,00%	73,82%
Renda Variável	70,00%	4,68%
Investimentos Estruturados	20,00%	3,69%
Investimentos no Exterior	10,00%	0,03%
Imóveis	8,00%	13,78%
Empréstimos	15,00%	4,00%

Expectativas de Rentabilidade			
Segmento	2013	1S14	2015
Consolidado	1,58%	5,10%	10,77%
Renda Fixa	-0,39%	4,74%	10,77%
Renda Variável	-16,09%	-5,38%	16,60%
Investimentos Estruturados	5,99%	3,85%	13,42%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%
Imóveis	18,99%	7,58%	10,77%
Empréstimos	15,05%	7,47%	13,42%

Concentração de recursos por modalidade de ativo		
Modalidade de Investimentos	**Mínimo**	**Máximo**
Renda Fixa		
Títulos da Dívida Mobiliária Federal	0,00%	100,00%
Ativos de Renda Fixa, exceto títulos da dívida mobiliária federal	0,00%	80,00%
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e FIC de FIDC	0,00%	20,00%
Cédulas de Crédito Bancário (CCB) e Certificados de Cédulas de Crédito Bancário (CCCB)	0,00%	20,00%
Notas de Crédito à Exportação (NCE) e Cédulas de Crédito à Exportação (CCE)	0,00%	20,00%
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	0,00%	20,00%
Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI)	0,00%	20,00%
Títulos do Agronegócio (CPR, CDCA, CRA, Warrant Agropecuário)	0,00%	20,00%
Demais títulos e valores mobiliários (exceto debêntures) de companhias abertas (exceto securitizadora)	0,00%	20,00%
Renda Variável		
Ações da categoria Novo Mercado	0,00%	70,00%
Ações da categoria Nível 2	0,00%	60,00%
Ações da categoria Bovespa Mais	0,00%	50,00%
Ações da categoria Nível 1	0,00%	45,00%
ETFs e ações não classificadas	0,00%	35,00%
Títulos de emissão de SPEs	0,00%	20,00%
Debêntures com part. nos lucros, Ouro, Crédito de Carbono e CPAC	0,00%	3,00%
Investimentos Estruturados		
Fundos de Participação (ou Private Equity)	0,00%	20,00%
Fundos de Investimentos Imobiliário (FII)	0,00%	10,00%
Fundos Multimercados Estruturados	0,00%	10,00%
Investimentos no Exterior		
Ativos emitidos no exterior em fundos sediados no Brasil	0,00%	10,00%
Fundos e FICs de Dívida Externa	0,00%	10,00%
Cotas de fundos de índice do exterior admitidas a negociação no Brasil	0,00%	10,00%
Brazilian Deposits Receipts (BDRs)	0,00%	10,00%
Ações de Cias sediadas no Mercosul	0,00%	10,00%

Concentração de alocação em um mesmo emissor		
Emissor	**Mínimo**	**Máximo**
Tesouro Nacional	0,00%	100,00%
Instituição Financeira	0,00%	20,00%
Tesouro Estadual ou Municipal	0,00%	10,00%
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00%	10,00%
Organismo Multilateral	0,00%	10,00%
Companhia Securitizadora	0,00%	10,00%
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00%	10,00%
FIDC / FIC FIDC	0,00%	10,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de cia Aberta	0,00%	10,00%
Sociedade de Propósito Específico (SPE)	0,00%	10,00%
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%

Concentração de recursos em um mesmo emissor		
Emissor	**Mínimo**	**Máximo**
% do Capital Votante de uma mesma Cia Aberta	0,00%	25,00%
% do Capital Total de uma mesma Cia Aberta ou de uma SPE	0,00%	25,00%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00%	25,00%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0,00%	25,00%
% do PL de Fundo de Investimento Classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	25,00%
% do PL de FI constituído no Brasil com ativos classificados como Investimentos no Exterior	0,00%	25,00%
% do PL de Fundos de Índice no Exterior Negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0,00%	25,00%
% do PL de FI ou FICFI de Dívida Externa classificados como Investimentos no Exterior	0,00%	25,00%
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00%	25,00%

Concentração por modalidade de investimento		
Modalidade de investimento	**Mínimo**	**Máximo**
% de uma Série de Títulos ou Valores Mobiliários	0,00%	25,00%
% de uma mesma Classe ou Série de cotas de FIDC	0,00%	25,00%
% de um mesmo Empreendimento Imobiliário	0,00%	25,00%

Limites de Alocação por Segmento			
Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	55,00%	96,70%	74,20%
Renda Variável	0,00%	14,39%	9,59%
Investimentos Estruturados	1,80%	5,66%	4,35%
Investimentos no Exterior	0,00%	5,00%	0,00%
Imóveis	0,00%	14,23%	8,00%
Empréstimos	1,50%	15,00%	3,86%

Metas de rentabilidade	
Renda Fixa	INPC + 4,50% aa
Renda Variável	INPC + 10,00% aa
Investimentos Estruturados	INPC + 7,00% aa
Investimentos no Exterior	INPC + 7,00% aa
Imóveis	INPC + 4,50% aa
Empréstimos	INPC + 7,00% aa

Gestão de Risco	
Risco	Monitoramento
Mercado	Modelos de VaR e de B-VaR; Teste de Stress.
Crédito	Limitação por contrapartes; Diversificação; Acompanhamento de Rating.
Liquidez	Necessidade de caixa; Liquidez de ativos; Qualidade de ativos.
Legal	Violação da legislação; Faltas em contratos; Erros da aplicação da lei.
Operacional	Controles inadequados; Falhas de gerenciamento; Erros humanos.
Atuarial	Incapacidade de cumprir as obrigações previdenciárias.
Sistêmico	Problema generalizado do mercado financeiro causando perdas em diversos tipos de investimentos.
Gestão	Alterações profundas na estrutura da instituição; Mudanças na equipe; Mudança de perfil de risco; Eventuais desenquadramentos.

Observação dos princípios socioambientais

Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade socioambiental.

A maneira mais comum de adoção desse conjunto de regras ocorre por meio da adesão a protocolos ou iniciativas lideradas por órgãos da sociedade civil e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU).

A observância dos princípios socioambientais na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação do processo de tomada de decisões, de forma que os administradores da entidade tenham condições de cumprir as regras de investimento responsável.

Como a estrutura de investimentos do plano atribui, em grande parte, discricionariedade da administração dos recursos a gestores terceirizados, decidiu-se que, ao longo da vigência desta Política de Investimento, os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem

Políticas de Investimentos - PGA

Dados cadastrais	
Tipo de Plano	Plano de Gestão Administrativa

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)			
Período	Segmento	Nome	Cargo
01/01/2015 a 31/12/2015	Todos os segmentos	Cláudia Regina Janesko	Diretora-Presidente

Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB)		
Período	Nome	Cargo
01/01/2015 a 31/12/2015	Celso Luiz Andretta	Diretor de Seguridade e Administração

Carteira Atual		
Segmento	Limite Legal	Carteira
Renda Fixa	100,00%	100,00%
Renda Variável	70,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	20,00%	0,00%
Investimentos no Exterior	10,00%	0,00%
Imóveis	8,00%	0,00%
Empréstimos	15,00%	0,00%

Concentração de recursos por modalidade de ativo		
Modalidade de Investimentos	**Mínimo**	**Máximo**
Renda Fixa		
Títulos da dívida mobiliária federal	0,00%	100,00%
Ativos de renda fixa, exceto títulos da dívida mobiliária federal	0,00%	80,00%
Letras Financeiras (LF), Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	0,00%	80,00%
Debêntures	0,00%	80,00%
Notas Promissórias	0,00%	20,00%
Cédulas de crédito bancário (CCB) e certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB)	0,00%	20,00%
Notas de crédito à exportação (NCE) e cédulas de crédito à exportação (CCE)	0,00%	20,00%
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e de fundo de cotas de FIDCs	0,00%	20,00%
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI)	0,00%	20,00%
Cédulas de crédito imobiliário (CCI)	0,00%	20,00%
Títulos do agronegócio (CPR; CDCA; CRA e Warrant Agropecuário)	0,00%	20,00%
Demais títulos e valores mobiliários (exceto debêntures) de companhias abertas, exceto de securitizadoras	0,00%	20,00%
Renda Variável		
Ações da categoria Novo Mercado	0,00%	0,00%
Ações da categoria Nível 2	0,00%	0,00%
Ações da categoria Bovespa Mais	0,00%	0,00%
Ações da categoria Nível 1	0,00%	0,00%
ETFs e ações não classificadas	0,00%	0,00%
Títulos de emissão de SPEs	0,00%	0,00%
Debêntures com part. nos lucros, Ouro, Crédito de Carbono e CPAC	0,00%	0,00%
Investimentos Estruturados		
Fundos de Participação (ou Private Equity)	0,00%	0,00%
Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes	0,00%	0,00%
Fundos Imobiliários	0,00%	0,00%
Fundos multimercado cujos regulamentos observem exclusivamente a legislação estabelecida pela CVM	0,00%	0,00%
Investimentos no Exterior		
Ativos emitidos no exterior em fundos sediados no Brasil	0,00%	10,00%
Fundos e FICs de Dívida Externa	0,00%	10,00%
Cotas de fundos de índice do exterior admitidas a negociação no Brasil	0,00%	10,00%
Brazilian Deposits Receipts (BDRs)	0,00%	10,00%
Ações de Cias sediadas no Mercosul	0,00%	10,00%

Concentração de alocação em um mesmo emissor		
Emissor	**Mínimo**	**Máximo**
Tesouro Nacional	0,00%	100,00%
Instituição Financeira	0,00%	20,00%
Tesouro Estadual ou Municipal	0,00%	10,00%
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00%	10,00%
Organismo Multilateral	0,00%	10,00%
Companhia Securitizadora	0,00%	10,00%
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00%	10,00%
FIDC / FIC FIDC	0,00%	10,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de cia Aberta	0,00%	0,00%
Sociedade de Propósito Específico (SPE)	0,00%	0,00%
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%

Concentração de recursos em um mesmo emissor		
Emissor	**Mínimo**	**Máximo**
% do Capital Votante de uma mesma Cia Aberta	0,00%	25,00%
% do Capital Total de uma mesma Cia Aberta ou de uma SPE	0,00%	25,00%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00%	25,00%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0,00%	25,00%
% do PL de Fundo de Investimento Classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	25,00%
% do PL de FI constituído no Brasil com ativos classificados como Investimentos no Exterior	0,00%	25,00%
% do PL de Fundos de Índice no Exterior Negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0,00%	25,00%
% do PL de FI ou FICFI de Dívida Externa classificados como Investimentos no Exterior	0,00%	25,00%
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00%	25,00%

Concentração por modalidade de investimento		
Modalidade de investimento	**Mínimo**	**Máximo**
% de uma Série de Títulos ou Valores Mobiliários	0,00%	25,00%
% de uma mesma Classe ou Série de cotas de FIDC	0,00%	25,00%
% de um mesmo Empreendimento Imobiliário	0,00%	25,00%

Expectativas de Rentabilidade			
Segmento	2013	1S14	2015
Consolidado	3,69%	3,85%	11,75%
Renda Fixa	3,69%	3,85%	11,75%

Limites de Alocação por Segmento			
Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	0,00%	100,00%	100,00%
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%

Metas de rentabilidade		
Segmento	Benchmark	Meta de Rentabilidade
Consolidado	CDI	CDI

Gestão de Risco	
Risco	Monitoramento
Mercado	Modelos de VaR e de B-VaR; Teste de Stress.
Crédito	Limitação por contrapartes; Diversificação; Acompanhamento de Rating.
Liquidez	Necessidade de caixa; Liquidez de ativos; Qualidade de ativos.
Legal	Violação da legislação; Faltas em contratos; Erros da aplicação da lei.
Operacional	Controles inadequados; Falhas de gerenciamento; Erros humanos.
Atuarial	Incapacidade de cumprir as obrigações previdenciárias.
Sistêmico	Problema generalizado do mercado financeiro causando perdas em diversos tipos de investimentos.
Gestão	Alterações profundas na estrutura da instituição; Mudanças na equipe; Mudança de perfil de risco; Eventuais desenquadramentos.

Observação dos princípios socioambientais

Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade socioambiental.

A maneira mais comum de adoção desse conjunto de regras ocorre por meio da adesão a protocolos ou iniciativas lideradas por órgãos da sociedade civil e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU).

A observância dos princípios socioambientais na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação do processo de tomada de decisões, de forma que os administradores da entidade tenham condições de cumprir as regras de investimento responsável.

Como a estrutura de investimentos do plano atribui, em grande parte, discricionariedade da administração dos recursos a gestores terceirizados, decidiu-se que, ao longo da vigência desta Política de Investimento, os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem

a marcação dos passos

Àquele que dança sua coreografia com precisão, garante satisfação...àquele que assiste, aprecia a beleza do espetáculo e, naturalmente, acompanha a execução passo a passo.

Passos bem executados dão precisão à dança. Cada ritmo possui suas características e contam uma história que é expressa nos diversos estilos.

Àquele que dança executar sua coreografia com precisão, garante satisfação em relação ao objetivo proposto, àquele que assiste, aprecia a beleza do espetáculo e naturalmente acompanha a execução passo a passo.

Na vida, a marcação dos passos também tem caráter fundamental para atingirmos as metas estabelecidas. Mas assim como nos espetáculos de dança, o improviso diante de uma situação inesperada, por vezes, se faz necessário. Afinal, o espetáculo tem que continuar.

E o mesmo ocorre com a gestão administrativa da nossa entidade. Procuramos, sempre, fazer uma marcação precisa nos passos para uma execução mais profícua.

A FAPA conta com uma estrutura administrativa para fazer frente aos processos de arrecadação das contribuições previdenciárias, aplicação dos recursos no mercado financeiro, concessão dos benefícios previdenciários e pagamento da folha de benefícios.

Para esses grandes processos há vários procedimentos estabelecidos e legislações aplicados a eles. Regras contábeis, atuariais e de investimentos devem ser observadas diariamente na rotina da fundação.

Para que essa coreografia funcione harmonicamente, cada um desempenhando seu papel, a FAPA conta com uma estrutura assim composta:

a) Conselho Deliberativo, composto por seis titulares e quatro suplentes, responsável pelas definições estratégicas da entidade;

b) Diretoria executiva composta de um diretor presidente e de um diretor de seguridade e administração, responsável por executar o estabelecido pelo conselho deliberativo e fazer cumprir as determinações impostas pela legislação;

c) Conselho fiscal, composto por quatro membros titulares e dois suplentes, responsável por monitorar o cumprimento das exigências legais e aquelas estabelecidas pelo conselho deliberativo;

d) Comitês Consultivos de apoio ao Conselho Deliberativo, sendo o primeiro de Investimentos e o segundo de Benefícios e Comunicação;

e) Quadro de técnicos composto por seis colaboradores;

f) Prestadores de serviços terceirizados.

Para conhecer melhor a estrutura de gestão da sua fundação consulte o Manual de Governança disponibilizado no site da Fapa:

www.fapa.org.br/institucional.

A marcação precisa dos passos é meta constantemente perseguida em nossa execução orçamentária. A seguir apresentamos a tabela com os custos para a gestão dos investimentos (internos e externos) e a tabela com os custos administrativos para a gestão da entidade no exercício de 2014.

CUSTOS DE GESTÃO	dez/14
Gestão Interna (PGA)	**702.343,00**
Pessoal e Encargos	325.872,67
Treinamentos/Congressos e Seminários	10.346,71
Viagens e Estadias	46.896,58
Serviços de Terceiros	301.277,76
Despesas Gerais	15.751,98
Depreciações e Amortizações	2.197,30
Gestão Externa (FUNDOS)	**255.324,40**
Taxa de Administração	103.063,51
Taxa de Controladoria	47.065,04
Taxa de Custódia	105.195,85
Total de Custos em R$	**957.667,40**
Recursos Garantidores PBF	305.696.591,08
Representatividade	**0,34%**

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DO INSTITUTO EMATER- FAPA

Despesas - Custeio Administrativo Consolidado - 2014

	1 trim/2014	2 trim/2014	3 trim/2014	4 trim/2014	Total
Dirigentes	**102.827,10**	**105.650,21**	**94.180,11**	**108.470,75**	**411.128,17**
Remuneração de dirigentes	59.847,75	61.060,67	54.075,46	63.486,51	238.470,39
13º Salario	4.987,31	5.593,77	5.290,54	5.290,55	21.162,17
Férias	7.951,66	8.110,39	6.635,78	7.054,07	29.751,90
INSS	18.706,13	19.214,57	16.962,46	19.488,52	74.371,68
FGTS	5.822,93	5.981,21	5.280,14	6.066,48	23.150,76
Previdencia complementar patrocinadora	2.748,48	2.806,00	2.921,04	3.894,72	12.370,24
Auxilio alimentação	1.632,00	1.668,00	1.740,00	1.740,00	6.780,00
Auxilio educação	900,00	900,00	900,00	900,00	3.600,00
Assistencia médica	230,84	315,60	374,69	549,90	1.471,03
Pessoal próprio	**96.306,76**	**104.989,45**	**105.291,30**	**100.441,05**	**407.028,56**
Remuneração de empregados	47.752,86	57.489,09	58.498,94	58.893,91	222.634,80
13º Salario	4.664,41	5.231,65	5.210,21	5.035,46	20.141,73
Férias	12.436,17	8.929,60	7.146,81	2.084,97	30.597,55
INSS	17.202,09	18.022,36	17.992,69	16.911,16	70.128,30
FGTS	5.212,32	5.610,01	5.600,84	5.264,17	21.687,34
Previdencia complementar patrocinadora	2.512,71	2.562,09	2.783,55	3.711,40	11.569,75
Auxilio alimentação	4.896,00	5.004,00	5.220,00	5.220,00	20.340,00
Assistencia médica	1.630,20	2.140,65	2.838,26	3.319,98	9.929,09
Treinamentos congressos e seminarios	**-**	**3.496,00**	**16.605,43**	**1.132,00**	**21.233,43**
Conselherios	-	3.193,00	9.693,27	532,00	13.418,27
Dirigentes	-	303,00	5.562,16	600,00	6.465,16
Pessoal Proprio	-	-	1.350,00	-	1.350,00
Viagens e estadias	**13.326,72**	**18.928,07**	**33.573,79**	**30.334,96**	**96.163,54**
Conselherios	10.165,24	10.640,95	19.981,39	14.192,10	54.979,68
Dirigentes	2.473,24	3.860,89	8.386,89	12.672,94	27.393,96
Pessoal proprio	688,24	2.607,39	2.235,75	394,70	5.926,08
Consultores	-	1.818,84	2.969,76	3.075,22	7.863,82

	1 trim/2014	2 trim/2014	3 trim/2014	4 trim/2014	Total
Serviços de terceiros	**133.940,81**	**125.562,31**	**144.853,68**	**150.408,65**	**554.765,45**
Pessoa juridica	**133.940,81**	**125.562,31**	**144.853,68**	**150.408,65**	**554.765,45**
Consultoria atuarial	16.200,00	18.850,00	18.950,00	15.000,00	69.000,00
Consultoria contabil	12.000,00	13.334,40	12.667,20	12.667,20	50.668,80
Consultoria juridica	24.476,56	8.747,79	23.747,79	9.185,29	66.157,43
Recursos humanos	1.025,25	1.094,25	1.094,25	1.094,25	4.308,00
Informatica	23.559,75	32.592,70	34.883,89	29.897,45	120.933,79
Auditoria contabil	6.000,00	6.000,00	6.097,80	6.293,40	24.391,20
Consultoria de investimentos	44.845,11	38.964,47	41.434,05	69.006,10	194.249,73
Outras	5.834,14	5.978,70	5.978,70	7.264,96	25.056,50
Despesas gerais	**19.390,08**	**41.478,10**	**30.142,45**	**47.927,07**	**138.937,70**
Material de expediente e consumo	4.082,42	1.942,23	7.286,27	3.681,55	16.992,47
Anuncios publicações e assinaturas	-	-	-	669,90	669,90
Associações e entidades de classe	2.478,53	4.278,53	2.478,53	2.478,53	11.714,12
Correios	112,90	-	-	-	112,90
Telefone fixo e movel	1.732,33	1.939,04	1.879,46	1.901,32	7.452,15
Premios de seguros	1.029,06	1.029,06	1.054,38	1.105,18	4.217,68
Cartorios e tabelionatos	463,79	916,13	1.184,52	382,65	2.947,09
Lanches e refeições	690,86	3.556,01	1.333,25	2.758,68	8.338,80
Locomoção transporte estacionamento	262,00	287,00	134,90	629,50	1.313,40
Impressos e serviços graficos	-	20.316,00	6.120,00	-	26.436,00
Copias e encadernação	-	20,00	85,00	995,58	1.100,58
Manutenção moveis maquinas e equipamentos	105,00	-	-	-	105,00
Taxas e custas judiciais	829,39	925,60	1.556,14	66,47	3.377,60
Taxas s/serviços de terceiros	60,00	60,00	60,00	60,00	240,00
Tarifas bancarias	424,80	21,50	-	1,60	447,90
Tafic	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00
Outras despesas gerais	1.119,00	187,00	970,00	27.196,11	29.472,11
Depreciações e amortizações	**1.885,11**	**1.879,90**	**1.846,72**	**1.712,61**	**7.324,34**
Imobilizado	**1.885,11**	**1.879,90**	**1.846,72**	**1.712,61**	**7.324,34**
Moveis e utensilios	260,01	254,80	251,70	178,47	944,98
Maquinas e equipamentos	252,42	252,42	252,42	252,42	1.009,68
Equipamentos de informatica	822,48	822,48	792,40	693,12	3.130,48
Sistemas de informatica	550,20	550,20	550,20	588,60	2.239,20
Total	**367.676,58**	**401.984,04**	**426.493,48**	**440.427,09**	**1.636.581,19**
Gestão previdêncial	**212.667,31**	**240.165,94**	**237.515,07**	**243.889,87**	**934.238,19**
Investimentos	**155.009,27**	**161.818,10**	**188.978,41**	**196.537,22**	**702.343,00**

o valor da experiência

Como processo evolutivo do próprio ser humano, chega o momento em que não dispomos mais de tanta agilidade e força, entretanto acumulamos conhecimento e experiências ao longo do tempo. Reconhecemos os verdadeiros valores e contemplamos a beleza do grande baile da vida.

Ao longo da jornada, várias são as lembranças embaladas por trilhas sonoras, ritmos, experiências e pelas pessoas que dançaram e ainda dançam conosco.
Em algumas fases da vida, danças frenéticas com passos fortes e bem marcados em outras, suavidade e leveza.

Como processo evolutivo do próprio ser humano, chega o momento em que não dispomos mais de tanta agilidade e força, entretanto acumulamos conhecimento e experiências ao longo do tempo. Reconhecemos os verdadeiros valores e contemplamos a beleza do grande baile da vida.

Quanta beleza há na maturidade! Olhar para trás e reconhecer todos os esforços, identificar falhas e olhar para frente e ainda perceber um horizonte novo de oportunidades.

Não foram poucos os desafios e as dificuldades enfrentados desde a criação da FAPA, mas depois de mais de três décadas e meia de história, nosso plano está maduro. Temos uma história para contar, resultados a apresentar e um futuro a percorrer.

Ao som das músicas que nos são orquestradas, continuaremos dançando, valorizando nossa experiência e cuidando do patrimônio acumulado ao longo do tempo.

Este capítulo do relatório está dedicado à apresentação da questão patrimonial do nosso plano de benefícios e para auxiliar na leitura das demonstrações contábeis, sugerimos a leitura do Gibi "Entendendo as demonstrações contábeis do meu plano de aposentadoria", disponível no site da Fapa: www.fapa.org.br em Educação / Previdenciária.

Além disso, nas Notas Explicativas constam informações relevantes como a situação da dívida da Patrocinadora, contribuições em atraso e demandas judiciais.

Na sequência, os pareceres da auditoria externa e dos conselhos Fiscal e Deliberativo são importantes instrumentos, pois conferem transparência e segurança em relação à gestão realizada.

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DO INSTITUTO EMATER-FAPA

BALANÇO PATRIMONIAL – CONSOLIDADO

R$ mil

ATIVO	31/12/2014	31/12/2013	PASSIVO	31/12/2014	31/12/2013
DISPONÍVEL	**843**	**729**	**EXIGÍVEL OPERACIONAL**	**154**	**226**
			Gestão previdencial	-	129
REALIZÁVEL	**319.404**	**288.303**	Gestão administrativa	148	90
Gestão previdencial	12.334	11.725	Investimentos	6	7
Gestão administrativa	218	240			
Investimentos	306.852	276.338	**EXIGÍVEL CONTINGENCIAL**	**207**	**206**
Créditos privados e depósitos	5.933	7.128	Gestão administrativa	207	206
Fundos de investimento	246.680	218.043			
Investimentos imobiliários	42.030	39.961	**PATRIMÔNIO SOCIAL**	**319.930**	**288.639**
Empréstimos	12.209	11.206	Patrimônio de cobertura do plano	316.409	285.644
			Provisões matemáticas	317.827	286.454
PERMANENTE	**44**	**39**	Benefícios concedidos	94.106	89.045
Imobilizado	37	32	Benefícios a conceder	233.762	207.126
Intangível	7	7	(-) Provisões matemáticas a constituir	-10.041	-9.717
			Equilíbrio técnico	-1.418	-810
			Resultados realizados	-1.418	-810
			(-) Déficit técnico acumulado	-1.418	-810
			Fundos	3.521	2.995
			Fundos previdenciais	566	517
			Fundos administrativos	1.900	1.677
			Fundos dos investimentos	1.055	801
TOTAL DO ATIVO	**320.291**	**289.071**	**TOTAL DO PASSIVO**	**320.291**	**289.071**

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DO INSTITUTO EMATER-FAPA

DEMONSTRAÇAO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO SOCIAL CONSOLIDADA

R$ mil

	Descrição	31/12/2014	31/12/2013	Variação (%)
	A) Patrimônio social - início do exercício	**288.639**	**277.963**	**3,84**
	1. Adições	**40.959**	**20.203**	**102,74**
(+)	Contribuições previdenciais	10.491	14.219	-26,22
(+)	Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	28.355	4.200	575,12
(+)	Receitas administrativas	1.718	1.634	5,14
(+)	Resultado positivo dos investimentos - Gestão administrativa	141	54	161,11
(+)	Constituição de fundos de investimento	254	96	164,58
	2. Destinações	**-9.668**	**-9.527**	**1,48**
(-)	Benefícios	-8.031	-7.761	3,48
(-)	Constituição de contingências – Gestão previdencial	-	-337	-100
(-)	Despesas administrativas	-1.637	-1.429	14,56
	3. Acréscimo/decréscimo no patrimônio social (1+2)	**31.291**	**10.676**	**193,1**
(+/-)	Provisões matemáticas	31.373	7.915	296,37
(+/-)	Superávit (déficit) técnico do exercício	-608	2.180	-127,89
(+/-)	Fundos previdenciais	49	226	-78,32
(+/-)	Fundos administrativos	223	259	-13,9
(+/-)	Fundos dos investimentos	254	96	164,58
	B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)	**319.930**	**288.639**	**10,84**

DEMONSTRAÇAO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS FAPA

CNPB 1999005147

R$ mil

	Descrição	31/12/2014	31/12/2013	Variação (%)
	A) Ativo líquido - início do exercício	**286.161**	**275.840**	**3,74**
	1. Adições	**39.839**	**19.356**	**105,82**
(+)	Contribuições	11.484	15.156	-24,23
(+)	Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	28.355	4.200	575,12
	2. Destinações	**-9.025**	**-9.035**	**-0,11**
(-)	Benefícios	-8.031	-7.761	3,48
(-)	Constituição de contingências – Gestão previdencial	-	-337	-100
(-)	Custeio administrativo	-994	-937	6,08
	3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	**30.814**	**10.321**	**198,56**
(+/-)	Provisões matemáticas	31.373	7.915	296,37
(+/-)	Fundos previdenciais	49	226	-78,32
(+/-)	Superávit (déficit) técnico do exercício	-608	2.180	-127,89
	B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	**316.975**	**286.161**	**10,77**
	C) Fundos não previdenciais	**2.955**	**2.478**	**19,25**
(+/-)	Fundos administrativos	1.900	1.677	13,3
(+/-)	Fundos dos investimentos	1.055	801	31,71

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DO INSTITUTO EMATER-FAPA

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFICÍOS FAPA

CNPB 1999005147

R$ mil

Descrição	31/12/2014	31/12/2013	Variação (%)
1. Ativos	**319.936**	**288.775**	**10,79**
Disponível	778	701	10,98
Recebível	14.234	13.402	6,21
Investimento	304.924	274.672	11,01
Créditos privados e depósitos	5.933	7.128	-16,76
Fundos de investimento	244.752	216.377	13,11
Investimentos imobiliários	42.030	39.961	5,18
Empréstimos	12.209	11.206	8,95
2. Obrigações	**6**	**136**	**-95,59**
Operacional	6	136	-95,59
3. Fundos não previdenciais	**2.955**	**2.478**	**19,25**
Fundos administrativos	1.900	1.677	13,3
Fundos dos investimentos	1.055	801	31,71
Ativo líquido (1-2-3)	**316.975**	**286.161**	**10,77**
Provisões matemáticas	317.827	286.454	10,95
Superávit (déficit) técnico	-1.418	-810	75,06
Fundos previdenciais	566	517	9,48

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DO INSTITUTO EMATER-FAPA

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

CONSOLIDADA

R$ mil

Descrição	31/12/2014	31/12/2013	Variação (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	**1.677**	**1.418**	**18,27**
1. Custeio da gestão administrativa	**1.859**	**1.688**	**10,13**
1.1 Receitas	**1.859**	**1.688**	**10,13**
Custeio administrativo da gestão previdencial	993	937	5,98
Custeio administrativo dos investimentos	697	677	2,95
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	28	20	40
Resultado positivo dos investimentos	141	54	161,11
2. Despesas administrativas	**-1.636**	**-1.429**	**14,49**
2.1 Administração previdencial	**-934**	**-794**	**17,63**
Pessoal e encargos	-492	-423	16,31
Treinamentos, congressos e seminários.	-11	-14	-21,43
Viagens e estadias	-49	-41	19,51
Serviços de terceiros	-254	-220	15,45
Despesas gerais	-123	-90	36,67
Depreciações e amortizações	-5	-6	-16,67
2.2 Administração dos investimentos	**-702**	**-635**	**10,55**
Pessoal e encargos	-326	-295	10,51
Treinamentos, congressos e seminários	-10	-13	-23,08
Viagens e estadias	-47	-39	20,51
Serviços de terceiros	-301	-269	11,9
Despesas gerais	-16	-16	0
Depreciações e amortizações	-2	-3	-33,33
3. Sobra da gestão administrativa (1-2)	**223**	**259**	**-13,9**
4. Constituição/reversão do fundo administrativo (3)	**223**	**259**	**-13,9**
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+4)	**1.900**	**1.677**	**13,3**

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DO INSTITUTO EMATER-FAPA

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS FAPA

CNPB 1999005147

R$ mil

Descrição	31/12/2014	31/12/2013	Variação (%)
Provisões técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	**318.036**	**287.098**	**10,78**
1. Provisões matemáticas	**317.827**	**286.454**	**10,95**
1.1. Benefícios concedidos	**94.106**	**89.045**	**5,68**
Contribuição definida	1.490	900	65,56
Benefício definido	92.616	88.145	5,07
1.2. Beneficio a conceder	**233.762**	**207.126**	**12,86**
Contribuição definida	227.537	201.025	13,19
Saldo de contas – parcela patrocinador(es) instituidor(es)	113.661	100.459	13,14
Saldo de contas – parcela participantes	113.876	100.566	13,24
Benefício definido	6.225	6.101	2,03
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	**-10.041**	**-9.717**	**3,33**
(-) Serviço passado	-162	-213	-23,94
(-) Participantes	-162	-213	-23,94
(-) Déficit equacionado	-9.879	-9.504	3,95
(-) Participantes	-144	-191	-24,61
(-) Assistidos	-9.735	-9.313	4,53
2. Equilíbrio técnico	**-1.418**	**-810**	**75,06**
2.1. Resultados realizados	**-1.418**	**-810**	**75,06**
(-) Déficit técnico acumulado	-1.418	-810	75,06
3. Fundos	**1.621**	**1.318**	**22,99**
3.1. Fundos previdenciais	566	517	9,48
3.2. Fundos dos investimentos – Gestão previdencial	1.055	801	31,71
4. Exigível operacional	**6**	**136**	**-95,59**
4.1. Gestão previdencial	-	129	-100
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	6	7	-14,29

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação de Previdência do Instituto Emater – Fapa - é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos com autonomia administrativa, patrimonial e financeira. A Fapa foi constituída sob a forma de fundação pela patrocinadora Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná – ACARPA, com razão social e forma jurídica alterada pela Lei estadual nº 14.822 de 22 de agosto de 2005 para, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER. Foi autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria nº 2.336 de 21 de novembro de 1980 do Ministério da Previdência e Assistência Social, publicada no DOU de 25 de novembro de 1980, pagina 23.570. De acordo com a Portaria nº 2.450 de 07 de agosto de 2008 da Secretaria de Previdência Complementar publicada no DOU de 08 de agosto de 2008 foi aprovado o novo texto para o Estatuto da entidade, sendo alterado em 2012 e tendo suas alterações aprovadas através da Portaria MPS/PREVIC/DITEC nº 614, de 24 de outubro de 2012 – DOU de 25/10/2012.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a entidade tem finalidade principal assegurar aos seus participantes e dependentes legais, os seguintes benefícios previdenciários:

a. Renda mensal vitalícia normal;
b. Renda mensal vitalícia antecipada;
c. Renda mensal vitalícia diferida;
d. Renda mensal de invalidez;
e. Renda mensal temporária por doença;
f. Renda mensal de pensão por morte;
g. Pecúlio por morte;
h. Auxilio funeral;
i. Renda mensal temporária por reclusão; e
j. Abono anual.

As rendas estabelecidas nos itens "a" a "c" podem, por opção do participante, ser pagas através de percentual sobre o Saldo de Conta Individual, caracterizando-se neste caso como renda temporária.

Esta opção foi inserida no regulamento, mediante alteração aprovada através da Portaria PREVIC nº 447 de 17 de agosto de 2011.

O plano de benefícios da Fapa denominado Plano Misto é único, pertence à modalidade de "Contribuição Variável", que é uma combinação de um plano de contribuição definida com benefícios definidos.

A administração do plano de benefícios é realizada pela própria entidade e a gestão de investimentos é realizada por intermédio de gestores contratados, conforme definido em sua política de investimentos.

I. A Fapa é composta pelas seguintes categorias de membros:

a. Patrocinadoras;
b. Participantes;
c. Beneficiários.

A Fapa apresentava em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as seguintes quantidades de participantes:

PLANO	2014		2013	
Plano Misto Fapa	Ativos (1)	Assistidos (2)	Ativos (1)	Assistidos (2)
Totais	847	302	855	296

(1) inclui autopatrocinados e vinculados.

(2) inclui pensões

II. As patrocinadoras da entidade são as seguintes:

a. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER
b. Fundação de Previdência do Instituto Emater - FAPA

III. Custeio do plano

Para custeio do plano previdencial, a entidade obtém recursos de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como de rendimentos auferidos pela aplicação dessas contribuições em investimentos.

IV. Plano de Gestão Administrativa - PGA

1. Custeio administrativo

As fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas da entidade de acordo com o art. nº 3 da Resolução MPS/CGPC nº 29 de 31 de agosto de 2009 são as seguintes:

1. Contribuições dos patrocinadores;
2. Contribuições dos participantes autopatrocinados, vinculados e assistidos;
3. Resultado dos investimentos; e
4. Fundo administrativo.

O limite anual para cobertura das despesas administrativas de acordo com o art. nº 6 da Resolução MPS/CGPC nº 29 de 31 de agosto de 2009 foi estabelecido pelo Conselho Deliberativo na forma de taxa de administração de até 1% dos recursos garantidores do plano de benefícios.
Em 2014 para cobertura das despesas administrativas o custeio administrativo foi de 10,00% de janeiro de 2014 a dezembro de 2014 do total das contribuições normais efetuadas pelas patrocinadoras e pelos participantes ativos, autopatrocinados e vinculados, e uma taxa de administração 0,68% do benefício mensal de todos os participantes assistidos e paridade do patrocinador de 0,68% do benefício mensal de todos os participantes assistidos. Foi definido ainda um valor anual de R$ 697 para cobertura do custeio administrativo dos investimentos custeado pela própria receita de investimentos do plano.

2. Recursos do plano de gestão administrativa

Os recursos da gestão administrativa, relativos à sobrecarga administrativa, são contabilizados na gestão previdencial e transferidos desta para a gestão administrativa para cobertura das despesas administrativas.

As despesas necessárias à administração e ao controle dos investimentos são contabilizadas no plano de gestão administrativa e são custeadas pela transferência de recursos oriundos do fluxo dos investimentos.

A legislação estabelece a necessidade de total segregação financeira e contábil, dos recursos administrativos em relação aos recursos previdenciários.

A forma de rateio das despesas administrativas foi definida de acordo com a natureza de cada despesa previdencial ou investimentos e rateadas de acordo com as premissas constantes no orçamento anual da entidade.

A Resolução MPS/CGPC nº 29 de 31 de agosto de 2009 atribuiu ao Conselho Deliberativo à competência de definir limites e as fontes de custeio administrativo, bem como os indicadores quantitativos e qualitativos de gestão dos gastos administrativos.

O valor total do custeio administrativo para cobertura das despesas administrativas do plano em 2014 foi de R$ 1.718 (R$ 1.634 em 2013) que representa um percentual de 0,56%, (0,59% em 2013) em relação ao patrimônio de cobertura do plano.

Em 2014 o valor das despesas administrativas efetivamente gastas representou um valor de R$ 1.636 (R$ 1.429 em 2013) resultando em um percentual de 0,54%, (0,52% em 2013) em relação ao patrimônio de cobertura do plano.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar através da Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011 e conforme Resolução CFC nº 1.272 (NBC TE 11), de 22 de janeiro de 2010 que estabeleceu critérios e procedimentos específicos para escrituração das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a serem adotadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC.

De acordo com a Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011 Anexo C item 17 a entidade apresenta os seguintes demonstrativos contábeis:
. Balanço Patrimonial Consolidado;
. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada);
. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada);
. Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial);
. Demonstração da Mutação do Ativo Liquido – DMAL (por plano de benefício previdencial).
. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (por plano de beneficio previdencial).

2.1 Consolidação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011 e Resolução CFC nº 1.272 (NBC TE 11) de 22 de janeiro de 2010 e abrangem as demonstrações contábeis da Fundação de Previdência do Instituto Emater – Fapa relativas ao plano de benefícios cadastrado no CNPB 1999005147 e ao Plano de Gestão Administrativa – PGA.

Essas demonstrações não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes e longo prazo e incluem a totalidade dos ativos e passivos do plano de benefícios e do Plano de Gestão Administrativa – PGA mantidos pela entidade.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em atendimento à Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011 e Instrução MPS/SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, que estabeleceram normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e em atendimento a Resolução CFC nº 1.272 (NBC TE 11) de 22 de janeiro de 2010 apresentamos a seguir as principais práticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis:

I. Contribuições

As contribuições são registradas em conformidade com o regime de competência, exceto as contribuições de participantes autopatrocinados que são registradas pelo regime de caixa.

II. Gestão dos planos

Elaborada por planos de benefícios segregados em três áreas de gestão: previdencial, administrativa e de investimentos. As definições seguintes demonstram suas características:

Gestão previdencial: registro e controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

Gestão administrativa: destinado ao gerenciamento da administração dos planos de benefícios.

Investimentos: destinado ao gerenciamento das aplicações dos recursos dos planos de benefícios administrados pela entidade.

III. Apuração de resultados

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência.

IV. Ativo realizável – Gestão previdencial

Registra contribuições previdenciais a receber relativas a contribuições do mês, contribuições em atraso, contribuições sobre o 13º salário e contratos de insuficiências a seguir detalhados:

a) Registra contrato celebrado em 23 de dezembro de 2009 entre a Fundação de Previdência do Instituto EMATER – FAPA CNPJ nº 77.794.311/0001-02 e o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater CNPJ nº 78.133.824/0001-27 relativo à amortização de insuficiências geradas pela implantação de novas tábuas biométricas e insuficiências financeiras, em atendimento a Resolução nº 18 de 28 de março de 2006 do CGPC – Conselho Gestor de Previdência Complementar.

b) Registra contrato celebrado em 21 de maio de 2013 entre a Fundação de Previdência do Instituto EMATER – FAPA CNPJ nº 77.794.311/0001-02 e o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater CNPJ nº 78.133.824/0001-27 relativo à amortização de insuficiências geradas pela implantação da tabua biométrica "RP-2000 Disable Female", em atenção ao estudo de aderência indicado em parecer atuarial e redução da meta atuarial – taxa de juros, mediante indicativo de estudo de ALM, em atendimento a determinação da fiscalização, nos termos do Ofício 003/2012/ERRS/PREVIC de 18 de junho de 2012, com as parcelas mensais corrigidas pela variação do INPC/IBGE e taxa de juros de 4,50% ao ano.

V. Ativo realizável – Gestão administrativa

Registra valores a receber relativos a adiantamentos a empregados, despesas antecipadas, depósitos judiciais / recursais e recuperação de tributos.

VI. Ativo realizável - Investimentos

1. Títulos e valores mobiliários

Registra os investimentos da entidade nos diversos segmentos de mercado. A Resolução nº 3.792 de 24 de setembro de 2009 do Conselho Monetário Nacional, estabelece as diretrizes pertinentes à aplicação dos recursos das entidades fechadas de previdência privada.

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4 de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias, a saber:

i. Títulos para negociação — quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição e são avaliados mensalmente ao valor de mercado e os efeitos são reconhecidos em conta específica na demonstração do resultado do exercício; e

ii. Títulos mantidos até o vencimento — quando a intenção da administração da entidade é manter os títulos até o vencimento, considerando a capacidade financeira da entidade, os prazos mínimos de vencimentos e a classificação de risco dos títulos, avaliados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.

Títulos e valores mobiliários Valor de mercado						
	Prazo de vencimento				Total	
	Indeterminado	De 0 a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2014	31/12/2013
Total	**93.156**	**15.198**	**30.019**	**112.337**	**250.710**	**223.532**
Renda fixa	**84.197**	**10.957**	**21.133**	**112.337**	**228.624**	**186.451**
Fundos de investimento renda fixa	84.197	-	-	-	84.197	60.471
Títulos mantidos até o vencimento	**-**	**-**	**7.960**	**103.615**	**111.575**	**86.429**
Notas do tesouro nacional	-	-	7.960	103.615	111.575	86.429
Títulos para negociação	**-**	**10.957**	**13.173**	**8.722**	**32.852**	**39.551**
Letras financeiras do tesouro	-	1.353	2.622	-	3.975	10.791
Certificados recebíveis imobiliários	-	-	779	-	779	853
Debêntures	-	-	9.772	4.253	14.025	13.494
Depósitos bancários - DPGE	-	9.449	-	-	9.449	10.024
FIDC	-	155	-	-	155	-
Letras hipotecárias	-	-	-	4.469	4.469	4.389
Renda variável	**-**	**4.241**	**6.580**	**-**	**10.821**	**24.454**
Fundos de investimento - ações	-	4.241	6.580	-	10.821	24.454
Estruturados	**8.959**	**-**	**2.306**	**-**	**11.265**	**12.627**

iii. Os títulos e valores mobiliários são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos ou deduzidos das variações negativas ocorridas até a data do balanço, de acordo com o critério de marcação a mercado e na curva (MTM), determinado pela Instrução CVM nº 438, de 12 de julho de 2006, alterada pela Instrução CVM nº 465 de 20 de fevereiro de 2008.

2. Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição, ajustado a valor de mercado por reavaliação contabilizada em 31 de maio de 2012, suportada por laudos técnicos e comparado ao valor do CUB registrando-se o menor dos dois valores, e deduzidos da depreciação acumulada, e acrescidos dos aluguéis a receber.

Registra também o saldo a receber relativo aos contratos de alienações de imóveis, atualizados de acordo com as taxas pactuadas para cada contrato de venda.

A Fapa efetuou em 2012 de acordo com Instrução MPS/SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009 Anexo A Procedimentos operacionais itens 9 a 11, provisão para direitos creditórios de liquidação duvidosa relativa às parcelas vencidas (notas promissórias de nº 44 com vencimento janeiro/2007 a nº 100 com vencimento agosto de 2011 no valor total de R$ 2.450 referentes aos imóveis conjuntos nº 31, 32, 41, 42, 51 e 52 do Edifício OMNI sito a Al. Dr. Carlos de Carvalho nº 603 em Curitiba-Pr e conjuntos de escritórios nº 201, 202, 203, 204, 205 e 206 do Edifício Business Tower sito a Av. Sete de Setembro nº 4.476 em Curitiba-Pr. vendidos em 02 de abril de 2003 à Incorporações e Participações Valente Ltda.

3. Empréstimos e Financiamentos

As operações com participantes são representadas por empréstimos pessoais concedidos a participantes ativos, assistidos, autopatrocinados e vinculados.

Seu saldo reflete a posição da carteira na data do balanço, e está demonstrado ao custo, mais juros contratados a uma taxa bruta de 1,20% ao mês no período de janeiro a dezembro de 2014, descontadas as parcelas já recebidas. Em 2014 foi deduzida da receita da carteira de empréstimos taxa de risco cuja destinação é para formação do fundo da carteira de empréstimos, e a taxa de administração destinada à cobertura de despesas administrativas.

4. Provisões para direitos creditórios de liquidação duvidosa

A entidade constituiu em exercícios anteriores a 2014 provisões para direitos creditórios de liquidação duvidosa, considerando a analise de riscos de crédito em investimentos realizados em instituições sob-regime especial ou de difícil realização, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

VII. Ativo permanente

Os valores que compõem o Ativo Imobilizado, Diferido e Intangível incorporados até 31 de dezembro de 1995, estão contabilizados pelo valor de custo, corrigido monetariamente entre a data de aquisição e aquela data. Os valores incorporados a partir de 1º de janeiro de 1996, ao valor de custo. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear, sendo 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos de escritório e 20% para máquinas e equipamentos de informática e software.

De acordo com o item 24 da Instrução MPS/SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, o saldo do Ativo Permanente Diferido existente em 31 de dezembro de 2009 foi mantido nessa rubrica contábil até a sua total amortização que ocorreu no exercício de 2013.

VIII. Exigível operacional

a. Gestão previdencial

Registra benefícios a pagar de prestação continuada.

b. Gestão administrativa

Registra contas a pagar com serviços de terceiros, despesas de pessoal (encargos e provisões) e retenções a recolher.

c. Investimentos

Registra despesas com serviços prestados relativos à carteira de investimentos.

IX. Exigível atuarial

Representa o montante dos compromissos previdenciários do plano junto aos participantes, considerando as obrigações com o pagamento de benefícios previdenciários estabelecidos no Regulamento do Plano Misto. Estes cálculos são determinados com base em estudo atuarial, sob a responsabilidade da Mirador Consultoria Atuarial Ltda..

1. Regime financeiro

O regime financeiro adotado, como forma de financiar os benefícios, é o de capitalização para todos os benefícios de renda mensal vitalícia, benefício proporcional saldado, pensões, pecúlio e auxílio funeral de assistidos.

Para os demais auxílios é adotado o regime de repartição.

A provisão matemática é o resultado do cálculo atuarial do custo dos benefícios a serem pagos aos participantes, deduzidos das contribuições futuras. As contribuições destinadas a formação dos benefícios programados dos participantes vertidas ao plano são registradas em fundos individuais durante a atividade. O restante das contribuições incorpora o patrimônio do plano.

2. Provisões matemáticas

Referem-se aos compromissos com participantes, assistidos e beneficiários, segregados em provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder, bem como as provisões matemáticas a serem constituídas, conforme segue:

2.1. Benefícios concedidos

Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros a serem pagos pela entidade aos participantes e beneficiários já em gozo do benefício de prestação continuada, líquido do valor presente das receitas futuras das contribuições para custeio dos benefícios do plano.

2.2. Benefícios a conceder

Correspondem ao valor do somatório dos saldos de conta individuais destinados aos benefícios programados, mais a diferença entre o valor atual dos benefícios de riscos a serem concedidos pela entidade aos participantes e respectivos beneficiários e o valor atual das contribuições futuras do participante e das patrocinadoras para sustentação dos referidos benefícios, de acordo com o plano de custeio vigente.

2.3. Provisões matemáticas a constituir

As provisões matemáticas a constituir são decorrentes de serviços passados ou déficits. No caso de déficits as provisões são constituídas através de contribuições extraordinárias, cobradas dos participantes ativos e assistidos, já o serviço passado é constituído através de cobrança de jóia.

3. Avaliação atuarial

A avaliação atuarial de 2014 foi efetuada mantendo-se as hipóteses biométricas da avaliação anual de 2013, com exceção do crescimento salarial.

4. Hipóteses atuariais

a) Biométricas / Demográficas

a) Tábua de mortalidade para participantes válidos: RP-2000 Escala AA (male 70% female 30% agravada até 2014);
b) Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas
c) Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled Female;

b) Econômicas / Financeiras

a) Taxa real anual de juros: 4,50% ao ano;
b) Projeção de crescimento real anual de salário: 1,78% ao ano;
c) Fator de determinação do valor real dos salários e benefícios ao longo do tempo: 0,98.

5. Situação do déficit

O déficit apurado em 31 de dezembro de 2014, no valor de R$ 1.418 é inferior à 10% das provisões matemáticas, portanto, será equacionado posteriormente, caso não se reverta nos próximos exercícios, conforme Resolução CNPC nº 13/2013.

X. Reservas e fundos

1. Equilíbrio técnico

1.1. Resultado - Déficit técnico acumulado

Representa o déficit técnico acumulado pela entidade mesmo que transitório em relação ao exigível atuarial, e registrado na conta de resultados realizados.

2. Fundos

2.1. Fundos previdenciais

a. Fundo de reserva poupança desligados

Constituído com recursos de direito de resgate dos ex-participantes desligados do plano e ainda não resgatados.
Utilizado quando do desligamento de ex-participantes da patrocinadora.
Atualizado pela variação do INPC/IBGE ou da cota, prevalecendo o que for maior.

b. Fundo de oscilação de riscos reserva patrocinadora

Constituído com o saldo remanescente de contribuições de patrocinadoras, não resgatados por participantes desligados do plano, conforme dispõe o regulamento do plano.
Utilizado para cobertura de riscos do plano, com aprovação do conselho deliberativo e parecer atuarial.
Atualizado pelo valor da cota.

2.2. Fundos administrativos

a. Fundo para custeio administrativo

Constituído por contribuições repassadas pelas patrocinadoras e participantes, e por recursos oriundos do fluxo financeiro, para cobertura das despesas administrativas, sendo que a sobra ou insuficiência desses recursos em relação às despesas administrativas efetivamente gastas foram acrescidas ou deduzidas do saldo do fundo administrativo.
Os recursos do fundo administrativo estão aplicados no Paraná FI Renda Fixa Executivo, fundo de investimentos aberto, utilizado pela Fundação exclusivamente para gestão do fundo PGA.
Os recursos do fundo PGA são atualizados mensalmente pela cota do fundo de investimentos onde está aplicado.

2.3. Fundos de investimentos

a. Fundo carteira de empréstimos

Constituído por uma taxa de risco mensal calculada sobre o saldo da carteira de empréstimos, como garantia para cobertura de eventuais sinistros de morte ou invalidez permanente de participantes que tenham saldo devedor de empréstimos independentemente de sua condição de participantes ativos, assistidos, vinculados e ou autopatrocinados.
Atualizado pela rentabilidade mensal auferida pela entidade.

4. REALIZÁVEL

4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

GESTÃO PREVIDENCIAL		
Gestão previdencial	**2014**	**2013**
Contribuições do mês	733	348
Contribuições em atraso	783	732
Contribuições sobre 13º salário	349	328
Contribuições contratadas	10.469	10.317
	12.334	**11.725**

Resumo das contribuições em atraso base 31 de dezembro de 2014			
Patrocinador: Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater			
Descrição	**set/2014**	**out/14**	**Totais**
Contribuição patronal	345	346	691
Contribuição patronal custeio assistidos	4	4	8
Atualização monetária	46	38	84
Totais	**395**	**388**	**783**

4.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

GESTÃO ADMINISTRATIVA		
Gestão administrativa	**2014**	**2013**
Contas a receber	8	4
Despesas antecipadas	3	3
Depósitos judiciais/recursais	207	206
Outros realizáveis	-	27
	218	**240**

4.3. INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS		
Demonstrativo consolidado da carteira	**2014**	**2013**
Créditos privados e depósitos	**5.933**	**7.128**
Instituições financeiras	5.154	6.275
Companhias abertas	779	853
Fundos de investimento	**246.680**	**218.043**
Curto prazo	4.397	4.827
Renda fixa	1.928	1.666
Multimercado	238.049	208.733
Empresas emergentes	2.306	2.276
Imobiliário	-	541
Investimentos imobiliários	**42.030**	**39.961**
Aluguéis e renda	42.030	39.961
Empréstimos e financiamentos	**12.209**	**11.206**
Empréstimos	12.209	11.206
	306.852	**276.338**

a) Créditos privados e depósitos

As aplicações da carteira de renda fixa – créditos privados e depósitos estão registradas pelos seus valores de custo, acrescidas dos rendimentos até a data do balanço, deduzidas de provisão para ajuste ao valor de realização quando aplicáveis. De acordo com a Resolução nº 04 de 30 de janeiro de 2002, ágios ou deságios, nas aquisições de títulos são apropriados à despesa ou à receita, pro-rata temporis, pelo prazo decorrido entre a data de aquisição e a data de vencimento do título.

b) Fundos de investimentos

As aplicações em fundos de investimento estão atualizadas até a data do balanço pelo valor da cota do seu respectivo fundo.

c) Custódia dos títulos

Os títulos e valores mobiliários (renda fixa e renda variável) estão custodiados no Banco Itaú S.A..

d) Provisões para perdas – Carteira de investimentos

A Fapa mantém em 31 de dezembro de 2014 provisões para perdas registradas em exercícios anteriores, relativas a debêntures da Condominiun Village no valor de R$ 1.419 (R$ 1.419 em 31 de dezembro de 2013) e Eco Hills S.A. de R$ 1.558 (R$ 1.558 em 31 de dezembro de 2013) e quotas do fundo exclusivo administrado pelo Banco Santos S.A., denominado FIF Exclusivo ASM Graphus (crédito a favor do Paraná Fundo de Investimento Multimercado – Fapa) no valor de R$ 2.617 (R$ 2.617 em 31 de dezembro de 2013).

e) Investimentos no Banco Santos S.A.

A Fapa possuía, quando da intervenção por parte do Banco Central do Brasil em 12/11/2004, créditos junto ao Banco Santos S.A., que estavam aplicados em fundo de investimento financeiro – FIF exclusivo, denominado ASM Graphus. A Santos Asset Management – SAM, Asset do Banco Santos S.A. possuía a gestão deste fundo, que tinha como administrador o Banco Santos S.A., os ativos do fundo eram constituídos de diversos papéis, entre estes, certificados de depósitos bancários de emissão do próprio Banco Santos S.A. – CDBs. Quando do encerramento do exercício de 2004, a Fapa providenciou a devida provisão para perda destes créditos no valor de R$ 3.858, quando do ingresso da ação da massa falida o valor foi corrigido para R$ 3.993.

A Fapa tem recebido com regularidade do escritório Lobo & Ibeas – Advogados, que a representa junto à massa falida, relatórios sobre a movimentação ocorrida no processo.

f) Proposta de rateio - rateios parciais

Em 20/03/2010 foi publicada decisão autorizando a Administração da Massa Falida a iniciar os procedimentos necessários para o pagamento das classes iniciais, quais sejam: I - trabalhistas até o limite legal; II - tributários; e III - privilegiados.

Quanto aos credores quirografários, a decisão do juízo que determinou o (primeiro) rateio parcial – proferida em 11/12/2009 – foi objeto de inúmeras impugnações e recursos, tendo sido estimado, em uma primeira etapa, que o rateio abrangeria 10% do valor dos créditos quirografários. Impedia o rateio liminar concedida pelo TJ/SP em favor dos bancos estrangeiros credores de ACCs.Todavia, em 10/05/2010 foi publicada decisão esclarecendo que, na verdade, a decisão que suspendeu o rateio o fez em proporções maiores do que deveria. Mencionada decisão, ao invés de suspender o rateio, apenas determinou a reserva dos valores objetos dos pedidos de restituição formulados pelos bancos estrangeiros.

Em 29/05/2010 a Administração da Massa Falida protocolizou petição requerendo autorização para realização do rateio, deferido em 01/06/2010 pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais.

Em outubro de 2010 foi protocolizado pelo Administrador Judicial petição para realização do 2º rateio dos credores quirografários. Em dezembro de 2010 o Juízo Falimentar aprovou o crédito de rateio proposto pelo Administrador Judicial. O segundo rateio foi realizado, em sua maioria, nos meses de dezembro de 2010 e janeiro de 2011.

Em dezembro de 2012 foi deferido pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, o terceiro rateio dos credores quirografários. O terceiro rateio foi realizado em janeiro de 2013.

A entidade recebeu R$ 399 em agosto de 2010, R$ 719 em dezembro de 2010 e R$ 258 em janeiro de 2013.

g) Investimentos Imobiliários

1) Reavaliação dos investimentos imobiliários

A FAPA procedeu em 31 de maio de 2012 reavaliação do imóvel destinado à renda, localizado na Rua Konrad Adenauer 396 – Curitiba – PR, denominado "Campus Universitário UNIBRASIL", matrícula nº 39.494 do 3º. Registro de Imóveis de Curitiba suportada por laudo técnico de avaliação de peritos independentes da empresa Ebrape – Empresa Brasileira de Avaliação de Patrimônio e Engenharia Ltda. nº 10.864 de março/2012. Os critérios de avaliação adotados foram os seguintes:
Método comparativo direto dos dados de mercado conforme normas da ABNT (NB 14653-2 – Avaliação de Imóveis Urbanos) GRAU II.
Método de Ross – Heidecke para o cálculo do valor da depreciação da benfeitoria.
O resultado desta avaliação registrada em 31 de maio de 2012 esta a seguir demonstrado:

Investimentos imobiliários

Reavaliação dos investimentos imobiliários

	Valor contábil	Valor reavaliado	Resultado
Terrenos			
Custo atualizado	6.930	15.093	8.163
Edificações			
Custo atualizado	26.744	28.249	1.505
	33.674	43.342	9.668

O resultado da avaliação de acordo com o laudo foi de R$ 9.668 que, ajustado ao valor do CUB (Custo Unitário Básico) do mês da avaliação, resultou em um valor líquido de R$ 50, que foi incorporado ao saldo do imóvel e a crédito de receitas de investimentos.

O imóvel reavaliado passou, a partir de junho de 2012, a ser depreciado à taxa de 2,50% ao ano, ou seja, em 40 anos, vida útil estimada no laudo de avaliação.

O ajuste pelo CUB decorre da determinação da Secretaria de Previdência Complementar, constante no relatório de fiscalização nº 26/2008/ESRS.

2) Enquadramento

O prazo concedido pelo CMN/BACEN para enquadramento do limite legal de aplicação em imóveis é até 2017.

O contrato de arrendamento do imóvel ao Campus Universitário tem término previsto em junho de 2016.

Assim, considerando a proximidade das datas o Conselho Deliberativo determinou a formação de uma Comissão Imobiliária para acelerar os processos de regularização do imóvel e de desmobilização.

Valor atualizado dos investimentos, no Campus Universitário Unibrasil, esta demonstrado a seguir:

Enquadramento		
	2014	2013
Terrenos		
Custo atualizado	15.093	15.093
Ajuste valor CUB	-11.282	-11.489
Total terrenos	3.811	3.604
Edificações		
Custo atualizado	26.170	26.974
Ajuste valor CUB	11.613	8.752
Total edificações	37.783	35.726
Total imóvel Unibrasil	41.594	39.330

3) Imóveis alienados

A Fapa efetivou em 02 de abril de 2003, alienação dos seguintes imóveis: conjuntos nos 31, 32, 41, 42, 51 e 52 do Edifício OMNI sito a Al. Dr. Carlos de Carvalho nº 603 em Curitiba-PR, conjuntos de escritórios nos 201, 202, 203, 204, 205 e 206 do Edifício Business Tower, sito a Av. Sete de Setembro, nº 4.476 em Curitiba - PR.

Em decorrência da inadimplência de grande parte das notas promissórias decorrentes da venda desses imóveis ocorreram as Ações de Execução a cargo do escritório de advocacia Berto e Ghebur Advogados Associados.

Valor estimado das ações (todos os valores tratam-se de mera estimativa, eis que ainda dependem de sentença nos embargos apresentados e de estabelecimento de índices a serem aplicados) que estão sendo executadas pela Fapa referentes as notas promissórias de 44/100 a 100/100 : R$ 5.858 base 01/01/2015.

Risco: perda possível (a qualificação como "possível" se refere a eventual compensação com valores que a executada venha a ter direito reconhecido na Ação Revisional 1058/2007).

A Fapa é parte requerida em Ação de Revisão contratual cumulada com Danos Materiais e Morais, baseada em alegados vícios redibitórios existentes em imóveis alienados por esta. Tal ação foi movida pela adquirente dos imóveis, Incorporações e Participações Valente Ltda. A ação veicula variados pedidos, sendo alguns deles líquidos (com valor atribuído pelo autor) e outros ilíquidos (sem valor atribuído pelo autor). Tendo em vista a evolução do processo se pode estimar como valor da causa o montante de R$ 7.602 (R$ 6.777 em 2013).

A atualização dos valores foi feita tomando-se por base os valores pleiteados pelo autor na petição inicial (estimando-se os ilíquidos) corrigindo-os pelo índice utilizado pelo TJPR (média INPC/IGP-DI) + juros moratórios de 1% ao mês.

Último andamento: 02/12/2014: Processo suspenso enquanto aguarda perícia que está sendo realizada nos autos 48465/2011 – (referida ação é conexa a esta Revisional de Contrato).
Risco: perda possível.

h. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos	2014	2013
Empréstimos	12.209	11.206
	12.209	**11.206**

i. Auditoria de gestão dos investimentos

Em cumprimento à Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009 do Conselho Monetário Nacional foi realizada, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, revisão dos procedimentos adotados para aplicação de recursos e gestão dos investimentos da FAPA, pela empresa Consult - Auditores Independentes, com a finalidade de avaliar a pertinência dos procedimentos técnicos operacionais e de controles utilizados na gestão dos recursos da entidade, tendo sido emitido relatório específico dessa revisão.

Para obtenção dos valores de mercado das cotas de fundos de investimento, foi adotado o critério com base no valor da quota publicada pelo respectivo administrador do fundo.

5. ATIVO PERMANENTE

5.1. IMOBILIZADO

IMOBILIZADO	2014	2013
Móveis e utensílios	29	29
Máquinas e equipamentos	11	11
Equipamentos de informática	72	62
(-) Depreciação acumulada	-75	-70
	37	**32**

5.2. INTANGÍVEL

INTANGÍVEL	2014	2013
Sistemas de informática	11	11
(-) Amortização acumulada	-4	-4
	7	**7**

5.3. DIFERIDO

DIFERIDO	2014	2013
Sistemas de informática	16	16
(-) Amortização acumulada	-16	-16
	-	**-**

6 EXIGÍVEL OPERACIONAL

6.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

GESTÃO PREVIDENCIAL	2014	2013
Benefícios a pagar	-	129
	-	**129**

6.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

GESTÃO ADMINISTRATIVA	2014	2013
Contas a pagar	121	66
Retenções a recolher	27	24
	148	**90**

6.3. INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS	2014	2013
Outras exigibilidades	6	7
	6	**7**

7. EXIGÍVEL CONTINGÊNCIAL

EXIGÍVEL CONTINGÊNCIAL	2014	2013
Gestão administrativa		
Tributos - Pis e cofins	207	206
	207	**206**

8. PATRIMÔNIO SOCIAL

8.1. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO		
a. Provisões matemáticas	**2014**	**2013**
Benefícios concedidos	94.106	89.045
Benefícios a conceder	233.762	207.126
(-) Provisões matemáticas a constituir	-10.041	-9.717
	317.827	**286.454**

b. Equilíbrio técnico	2014	2013
Resultados realizados		
Déficit técnico acumulado	-1.418	-810
	-1.418	**-810**

8.2. FUNDOS

FUNDOS	2014	2013
Fundos previdenciais	566	517
Fundos administrativos	1.900	1.677
Fundos dos investimentos	1.055	801
	3.521	**2.995**

9. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE PIS E COFINS

A FAPA impetrou em 16 de março de 2006, mandado de segurança junto à Justiça Federal do Paraná objetivando o reconhecimento de sua não sujeição ao recolhimento do PIS e da COFINS, sobre as receitas decorrentes de sua atividade típica prevista na Lei Complementar nº 109/2001 visto que não corresponde à venda de mercadorias e ou serviços – isto é, faturamento – base de cálculo determinada em lei, considerando-se que o § 1º. do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 fora declarado, em controle difuso, inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Destaque-se que os valores referentes às contribuições em comento foram depositados pela FAPA até julho/2009 nas seguintes contas judiciais: PIS - 0650.635.00108211-1 e
COFINS – 0650.635.00108210-3.

Últimos andamentos:

Em 07.02.2013, foi proferido o seguinte resultado de julgamento "a seção, por unanimidade, decidiu julgar procedente a ação rescisória".

Em 14.02.2013, foi publicado o acórdão supra.

Em 19.02.2013, foram protocolados Embargos de Declaração.

Em 09.04.2013, publicado o acórdão, que acolheu em parte os Embargos de Declaração, apenas para fins de prequestionamento.

Em 24.04.2013, foram juntados os Recursos Especial e Extraordinário pela Fapa.

Em 09.05.2013, juntadas as contrarrazões aos Recursos pela União Federal.

Em 19.11.2013, foi publicada a decisão que admitiu o Recurso Extraordinário interposto e inadmitiu o Recurso Especial.

Em 29.11.2013, juntado o Agravo para a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça.

Em 27.01.2014, distribuído o Agravo para a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (AREesp nº 462527/PR).

Em 13.02.2014, publicada decisão que negou provimento ao agravo interposto.

Em 18.02.2014, apresentado agravo regimental.

Em 01.09.2014, autos conclusos para decisão à Ministra REGINA HELENA COSTA..

Situação atual: Atualmente, aguarda o julgamento do Agravo regimental interposto.

Possibilidade de perda: Remota.

10. OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - OFND

A Abrapp, representando suas associadas, em junho de 1986 ajuizou Ação conta o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e o FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento questionando a mudança de critério de correção de títulos adquiridos por força do Decreto-Lei nº 2288, de 23/07/1986 e Resolução 1 de 09/04/1987.

A diferença de correção monetária paga a menor foi no período de abril/1990 a fevereiro/1991, em virtude da substituição do índice de atualização do IPC para o BTN.

A Ação foi favorável à Abrapp e em 29 de novembro de 2010, foi emitida a certidão de trânsito em julgado.

A Fapa, como associada da Abrapp faz parte dessa ação, e decidiu, com base no princípio da prudência não registrar os valores provenientes da ação contra o FND, por entender que, apesar do trânsito em julgado, ainda não há uma estimativa confiável dos valores que serão recebidos e nem de quando ocorrerá. Tal decisão também levou em consideração o fato de que, processualmente, existe a possibilidade de Ação Rescisória, cujo prazo é de 02 (dois) anos a contar do trânsito em julgado (29 de dezembro de 2012), e em consideração ao Oficio nº 4656/2011/CGMC/DIACE/PREVIC de 14 de outubro de 2011 que determina a Fapa não registrar o referido valor.

11. RESULTADO

a. Contabilização dos resultados

A contabilização dos recursos coletados e utilizados dos planos de benefícios administrados pela Entidade é efetuada em atendimento ao Princípio da Competência, de acordo com o previsto no estatuto e/ou regulamento, em conformidade com a Planificação Contábil Padrão.

b. Gestão previdencial

O resultado superavitário ou deficitário dos planos de benefícios no exercício é formado pelas adições, subtraídas das deduções, acrescidas ou deduzidas da cobertura e da reversão de despesas administrativas, do fluxo de investimentos, da constituição e da reversão das provisões matemáticas e dos fundos, contabilizados no grupo de contas de gestão previdencial.

c. Plano de gestão administrativa

O fundo administrativo do plano de gestão administrativa é formado pelas receitas, deduzidas das despesas, acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da constituição e reversão das contingências, contabilizadas no grupo de contas gestão administrativa.

d. Fluxos de investimentos

O resultado dos investimentos, a ser transferido para as gestões previdencial e administrativa, é formado pelas rendas e variações positivas, subtraídas das deduções e variações negativas, acrescidas ou deduzidas da cobertura e reversão de despesas administrativas, da constituição e reversão das contingências e dos fundos.

12. FATOS RELEVANTES

a. Ação de cobrança

A FAPA solicitou arquivamento da ação de execução judicial que havia impetrado contra o Patrocinador, uma vez que este quitou as parcelas pendentes em 17, 24 e 28 de março de 2014.

b. Pendências

Atualmente o Patrocinador encontra-se em atraso com o pagamento das parcelas de dezembro de 2014, janeiro e fevereiro de 2015.

Apesar dos atrasos recorrentes os pagamentos tem sido, efetuados com a devida cobrança de encargos decorrentes de atraso.

Os atrasos referem-se exclusivamente às contribuições patronais, estando as contribuições dos participantes com os repasses rigorosamente em dia.

13. EVENTOS SUBSEQUENTES

a. Alteração de legislação aplicável

Não há efeitos patrimoniais atribuíveis no exercício de 2014 no que dispõe a Resolução CNPC nº 15 de 19 de novembro de 2014, que altera o artigo 2º e 3º da Resolução nº 18, de 28 de março de 2006 e a Resolução CNPC nº 16 de 19 de novembro de 2014, que altera o inciso II, do artigo 9º da Resolução nº 26 de 29 de setembro de 2008, em função da opção da Fapa em aplicar tais efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

CLAUDIA REGINA JANESKO
Diretora Presidente
CPF 030.900.179-03

CELSO LUIZ ANDRETTA
Diretor de Seguridade e Administração
CPF 356.929.449-87

FRANCISCO ADEMIR ERCOLE
Téc. Contábil CRC. 19.075/O - PR.
CPF 156.029.669-00
ACTUARIAL – Administradora de Fundos Previdenciários Ltda.
CRC PR-005124/O-3
CNPJ 03.566.843/0001-48

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Conselho Fiscal
Fundação de Previdência do Instituto EMATER – FAPA
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação de Previdência do Instituto EMATER – FAPA, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Fundação de Previdência do Instituto EMATER – FAPA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Fundação de Previdência do Instituto EMATER – FAPA.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Fundação de Previdência do Instituto EMATER – FAPA para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação de Previdência do Instituto EMATER – FAPA.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação de Previdência do Instituto EMATER – FAPA, em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Ênfases

Déficit Técnico

De acordo com o Parecer Atuarial, emitido em 11 de fevereiro de 2015, a Fundação de Previdência do Instituto EMATER – FAPA apresenta um déficit técnico, em 31 de dezembro de 2014, no valor de R$ 1.417.550,15. Ainda conforme o referido Parecer, esta insuficiência representa 0,45% das Provisões Matemáticas, que, conforme nota 3-IX-5, é inferior ao patamar de 10%, e caso não se reverta nos próximos exercícios, será equacionada com contribuições extraordinárias, conforme estabelecido na Resolução CGPC no 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 13/2013.

Investimento Imobiliário – Enquadramento

Conforme nota 4.3-g-2 foi concedido à Fundação de Previdência do Instituto EMATER – FAPA o prazo de até 2017 para o devido enquadramento quanto ao limite de aplicação em imóveis.

Curitiba, 16 de março de 2015.

Pedro Nunes de Gouveia
Contador CRC/PR
No 022.632/O-9

Luiz Fernando Wollz
Contador CRC/PR
No 039.474/O-3

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR No 002.906/0-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com o Art. XXI do Estatuto da FAPA - Fundação de Previdência do Instituto EMATER, consoante ao que estabelece a letra "j", do item 17, do Anexo "C", da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 08, de 31 de outubro de 2011, este Conselho apreciou as Demonstrações Contábeis Consolidadas e Individuais por Plano de Benefícios do exercício financeiro de 2014, consubstanciado pelo Parecer Atuarial da Empresa MIRADOR Assessoria Atuarial Ltda, responsável técnica pelo Plano de Benefícios FAPA, assim como pelo Relatório/Parecer da Auditoria Independente emitido pela Empresa CONSULT - Auditores Independentes.

Diante das análises efetuadas recomenda ao Conselho Deliberativo a aprovação das referidas Demonstrações.

Curitiba, 25 de março de 2.015

Gustavo Adolfo Gomes Scholz
Presidente do Conselho Fiscal

Elisabeth M. G. J. Henderikx
Membro Titular do Conselho Fiscal

Eduardo Dias Dornellas
Membro Titular do Conselho Fiscal

Mª Aparecida S. Gebran
Membro Titular do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência do Instituto Emater - FAPA, fundamentados nas análises dos balancetes mensais, nos demonstrativos contidos nos relatórios gerenciais, nas análises dos resultados dos investimentos, na correta aplicação das disposições legais verificadas durante o exercício, em reuniões realizadas durante o ano de 2014, na análise do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, pelas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, apoiando-se no Parecer Atuarial, emitido pelos atuários Giancarlo Giacomini Germany e Daniela Weber Rabello da empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda., no Relatório dos Auditores Independentes emitido pela empresa Consult - Auditores Independentes e no Parecer do Conselho Fiscal, aprovam o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, sem restrições, conforme decisão em reunião realizada no dia 26 de março de 2015 e emitem este parecer.

Curitiba, 26 de Março de 2015

Roberto Antônio Zardo
Presidente

Egberto Zulian
Titular

Antonio Calesso
Membro Titular

Carlos Jose De Carvalho
Membro Titular

Rose Mary Pontes
Membro Titular

Ivanir Pauly
Membro Titular

Expediente

Fapa - Fundação de Previdência do Instituto EMATER
Rua da Bandeira, 500, 3 andar - Curitiba - PR
CEP: 80.035-270
Telefone: (41) 3352-9980 / Fax: (41) 32541052
Site: www.fapa.org.br
E-mail: fapa@fapa.com.br

Diretora Presidente: Cláudia Regina Janesko

Diretor de Seguridade e Administração: Celso Luiz Andretta

Conselho Deliberativo:

Roberto Antônio Zardo, Heitor Rodrigues Fiúza Júnior
Rose Mary Pontes, Egberto Zulian
Carlos José de Carvalho, Antônio Calesso
Ivanir Pauly, Carlos Magno de Paiva Rolla
Wander de SouzaValdir da Silva

Conselho Fiscal:

Gustavo Adolfo Gomes Scholz, Elisabeth M. G. J. Henderikx
Eduardo Dias Dornellas, Maria Aparecida S. Gebran
Francisco Alves Filho, Ernesto Rossoni

Conceito, Layout e Diagramação: Agência Eureka!

Jornalista Responsável: Cristini Moritz (JP 4245/SC)

Fotolito e Impressão: Pinhal Graph
Tiragem: 100 exemplares

Rua da Bandeira, 500 | 3° andar
Curitiba | Paraná | CEP: 80.035-270
fapa@fapa.org.br | www.fapa.org.br